

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL





LISBOA

revista municipal

ANO XLVII — 2.ª SÉRIE — N.º 15 — 1.º TRIMESTRE DE 1986 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO.
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

A JAZIDA DA IDADE DO BRONZE FINAL
DA TAPADA DA AJUDA • A AULA DO
COMÉRCIO DE LISBOA - I - ANTECEDENTES
• LISBOA DE OUTRORA - A RIBEIRA
DE ALCÂNTARA - DE BENFICA A CAMPOLIDE
• A ESTAÇÃO SUL E SUESTE - UMA OBRA
OLISIPONENSE À BEIRA DO TEJO • FORTE DE
SÃO JOÃO DE DEUS • LISBOA - NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica: Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 2000 ex.



Praça do Comércio
Arco Triunfal
no início da Rua Augusta

A JAZIDA DA IDADE DO BRONZE FINAL DA TAPADA DA AJUDA

1 — INTRODUÇÃO

Em Julho de 1982 foi localizada, no perímetro da Tapada da Ajuda, uma estação pré-histórica, na sequência da abertura de extenso talude de escavação executado no âmbito da construção de um complexo desportivo da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia. Face ao interesse da jazida, dela se deu imediato conhecimento ao Conselho Directivo daquele Instituto, bem como ao Departamento de

Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Ao mesmo tempo, promoveu-se a recolha de material à superfície e no corte exposto, em que se baseou o estudo preliminar da jazida (2). No seguimento deste primeiro trabalho, continuado pela análise dos materiais entretanto recolhidos por técnicos do Departamento de Arqueologia do IPPC, a quem se agradece a sua cedência para estudo, realizaram-se duas campanhas de escavação, em 1983 e 1984, em cujos resultados se baseia este trabalho. Está prevista para o cor-

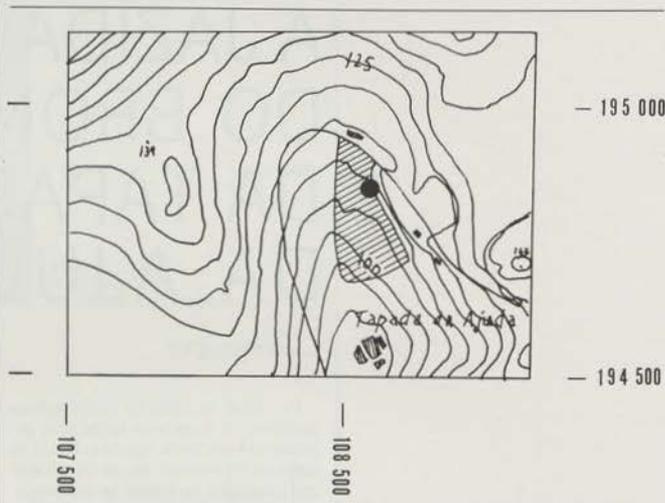
Foto 1

Aspecto da jazida na paisagem actual. O local da escavação situa-se ao centro, em segundo plano



Fig. 1

Área originalmente abrangida pela jazida da Idade do Bronze da Tapada da Ajuda, antes da sua parcial destruição. O círculo assinala o local onde se efectuou a escavação. Base topográfica: Carta do Concelho de Lisboa na escala de 1/10 000, Folha 3 (1978). Serviços Cartográficos do Exército. Lisboa



rente ano uma terceira campanha, finda a qual se fará a apresentação definitiva do estudo da estação.

2 — LOCALIZAÇÃO DA JAZIDA E TRABALHOS EFECTUADOS

A prospeccção superficial revelou acentuada dispersão de materiais arqueológicos, mas infelizmente grande parte dessa área tinha sido prejudicada

pelas movimentações de terras antes efectuadas. As coordenadas GAUSS de ponto da jazida ainda não prejudicado, são as seguintes:

X = 108.075; Y = 197.770.

Os vestígios distribuem-se por área de contorno alongado (Fot. 1), entre os 100 m e os 115 m de altitude, assinalada na Fig. 1. Do ponto de vista geomorfológico, trata-se da encosta esquerda, com declive muito suave, de linha de



Foto 2
Vista parcial do corte I

água que terminava no estuário do Tejo, nas imediações da antiga praia da Junqueira. Do ponto de vista geológico, integra-se no Complexo Basáltico de Lisboa, cujos afloramentos, por alteração, originaram localmente horizonte pedológico pouco espesso, mas de boa qualidade, sendo intensamente agricultado até ao presente por culturas cereíferas.

A intervenção arqueológica incidiu na zona Nordeste da área atingida pela movimentação de terras, por ser onde melhor se evidenciavam restos arqueológicos, provenientes de camada seccionada pelo corte. Em 1983, a escavação consistiu na abertura de duas valas, orientadas paralelamente ao corte. Os trabalhos realizados em 1984, prolongaram para Norte a referida escavação, por ser desse lado que se observou a maior quantidade de vestígios. A área escavada ficou definida por rectângulo, com a área de 15 m², do qual ficaram por escavar 2 m², aqueles onde os vestígios mostravam concentração mais baixa (Fig. 2).

3 — ESTRATIGRAFIA E FASES DE OCUPAÇÃO

Os cortes estratigráficos efectuados, respectivamente, ao longo dos limites oriental e setentrional da área escavada (corte I e II), possibilitaram a observação da seguinte sequência, de cima para baixo (Fig. 3; Fot. 2 e 4):

C. 1 — terra vegetal, com cerâmicas modernas, correspondente a remeximentos (0,50 m);

C. 2 — camada arqueológica, constituída por abundante fauna malacológica, em geral muito fragmentada, de mistura com cerâmica, sílices e fauna mamalógica (0,40 m de potência máxima);

C. 3 — substrato geológico, subdividido em dois níveis: nv. 1 — horizonte constituído por grandes blocos basálticos, englobados em matriz argilosa; nv. 2 — tufo basálticos muito alterados e decompostos.

A análise desta sequência estratigráfica aponta para a existência de uma única camada arqueológica, constituída por detritos atribuíveis a restos de cozinha, acumulados em ligeira depressão pré-existente no terreno, conforme se mostra no corte I (Fig. 3). No corte II, perpendicular ao anterior, essa espessura é aproximadamente costante.

Fig. 2
Planta de pormenor, mostrando a situação da área escavada, em encosta de declive suave

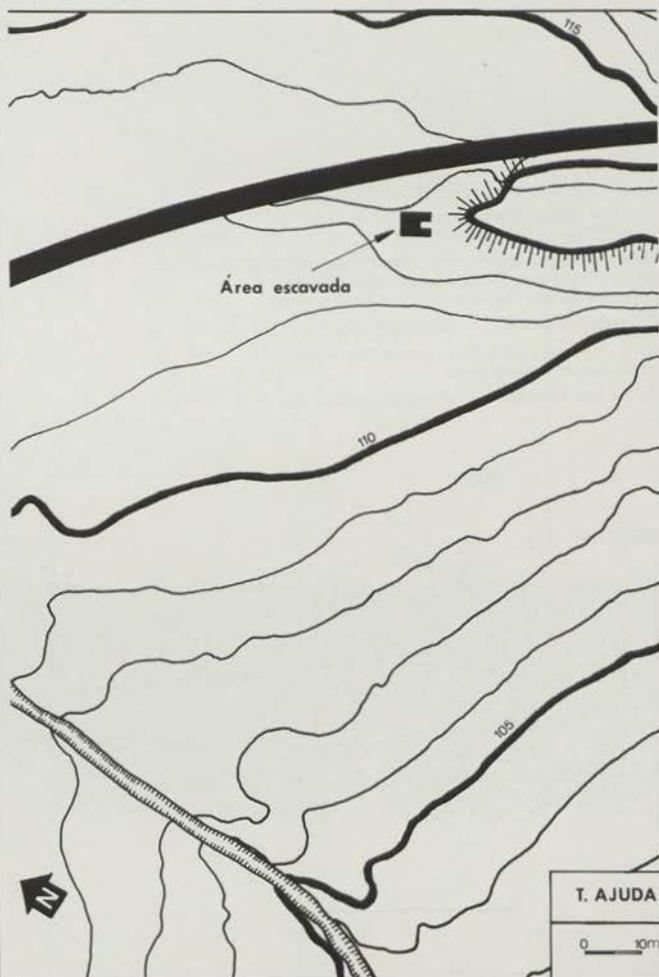


Fig. 4

Planta da área escavada, feita ao nível da antiga superfície topográfica, sobre a qual se efectuou a ocupação humana. No canto inferior esquerdo, o contorno a traço mais grosso define a estrutura de combustão encontrada

Fig. 3

Corte I, realizado ao longo do limite oriental da área escavada.

C₁ – terra vegetal, com cerâmicas modernas, correspondente a remeximentos (0,50 m);

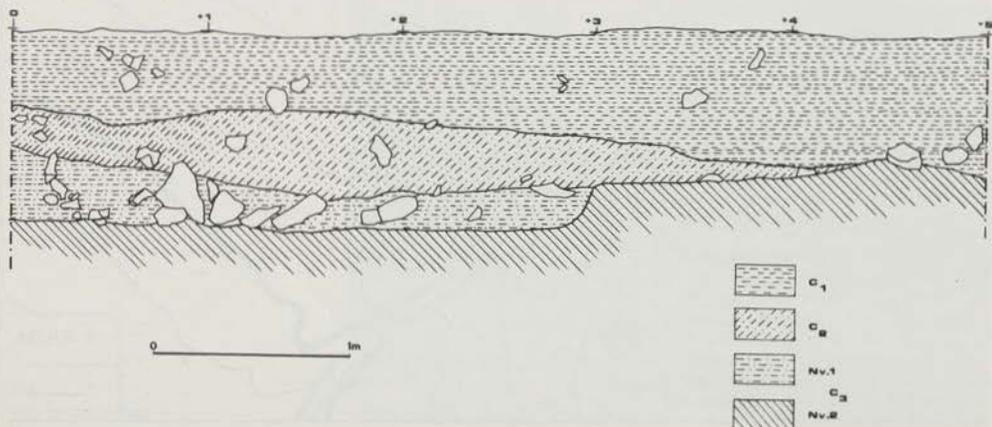
C₂ – camada arqueológica, constituída por abundante fauna malacológica, em geral muito fragmentada, de mistura com cerâmica, sílices e fauna mamalógica (0,40 m de potência máxima);

C₃ – substrato geológico, subdividido em dois níveis:

nv. 1 – horizonte constituído por grandes blocos basálticos, englobados em matriz argilosa;

nv. 2 – tufos basálticos muito alterados a decompostos

CORTE I



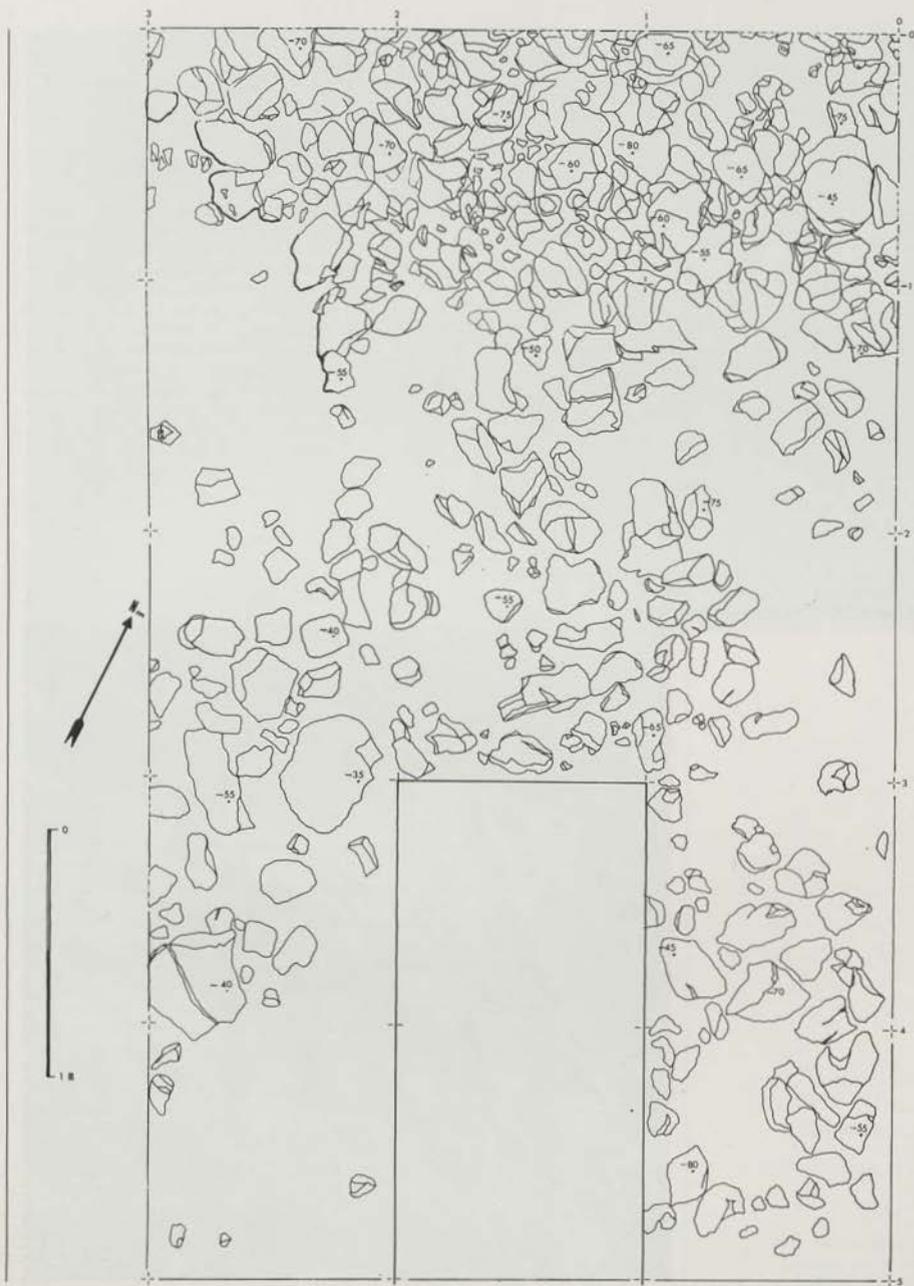


Foto 3

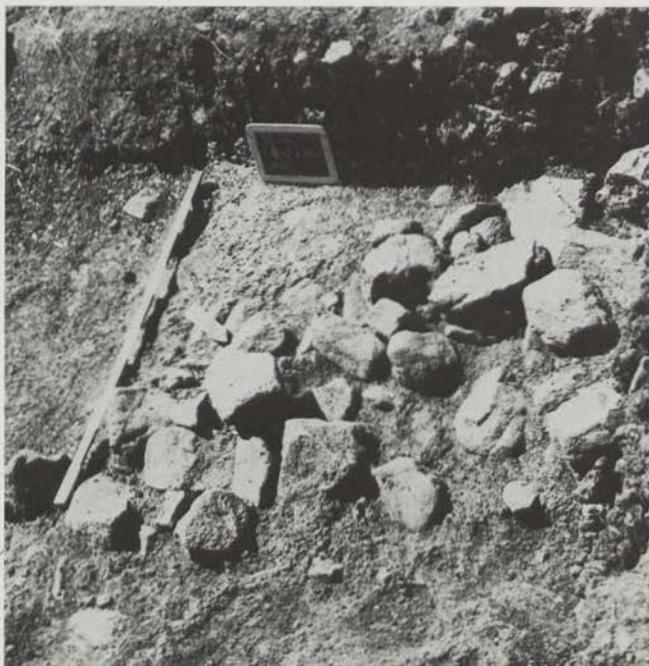
Pormenor da estrutura
de combustão

4 — ESTRUTURAS

Na campanha de 1983, admitiu-se a hipótese de existirem vestígios de estruturas pré-históricas na base da camada arqueológica, representadas por grandes blocos existentes no nv. 1 da C. 3. A campanha de 1984, permitiu precisar aquela hipótese. De facto, não se evidenciou a existência de alinhamentos intencionalmente dispostos, conforme mostra a planta da escavação (Fig. 4). Contudo, identificou-se, nesse mesmo nível, correspondente à antiga superfície topográfica, uma estrutura de combustão, parcialmente escavada, definida por blocos basálticos em segmento de círculo (Fig. 4), cujo interior se encontrava preenchido por cinzas, fragmentos de conchas e de cerâmica. A sua coloração esbranquiçada contrastava com a do nível onde se encontrava implantada (Fot. 3 e 4).

5 — ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

Antes da realização dos trabalhos de escavação, uma das características da





jazida consistia na abundância, à superfície, de elementos de foice denticulados sobre lascas de sílex, bem conhecidos em jazidas desta época do sul de Portugal (?). Alguns exemplares, provenientes de recolhas superficiais, apresentam-se na Fig. 5. A sincronia destes artefactos com os materiais «in loco» foi imediatamente comprovada, por se terem logo recolhido exemplares nestas condições. A escavação limitou-se, assim, a confirmar a intensa actividade no talhe da pedra, a partir de blocos de sílex disponíveis localmente, evidenciada pela abundância de resíduos. Na Fig. 6, n.º 2 a 6, apresentam-se exemplares da escavação. O material cerâmico constitui importante elemento para a integração cronológico-cultural da estação. A densidade da distribuição espacial deste material, recolhido em ambas as campanhas, apresenta-se na Fig. 7. De um modo geral, evidenciaram-se as seguintes características:

— exclusividade do fabrico manual, embora as superfícies dos recipientes se mostrem em geral bem alisadas ou mesmo brunidas, para o que poderia servir o artefacto lítico representado na Fig. 6, n.º 1 (brunidor);

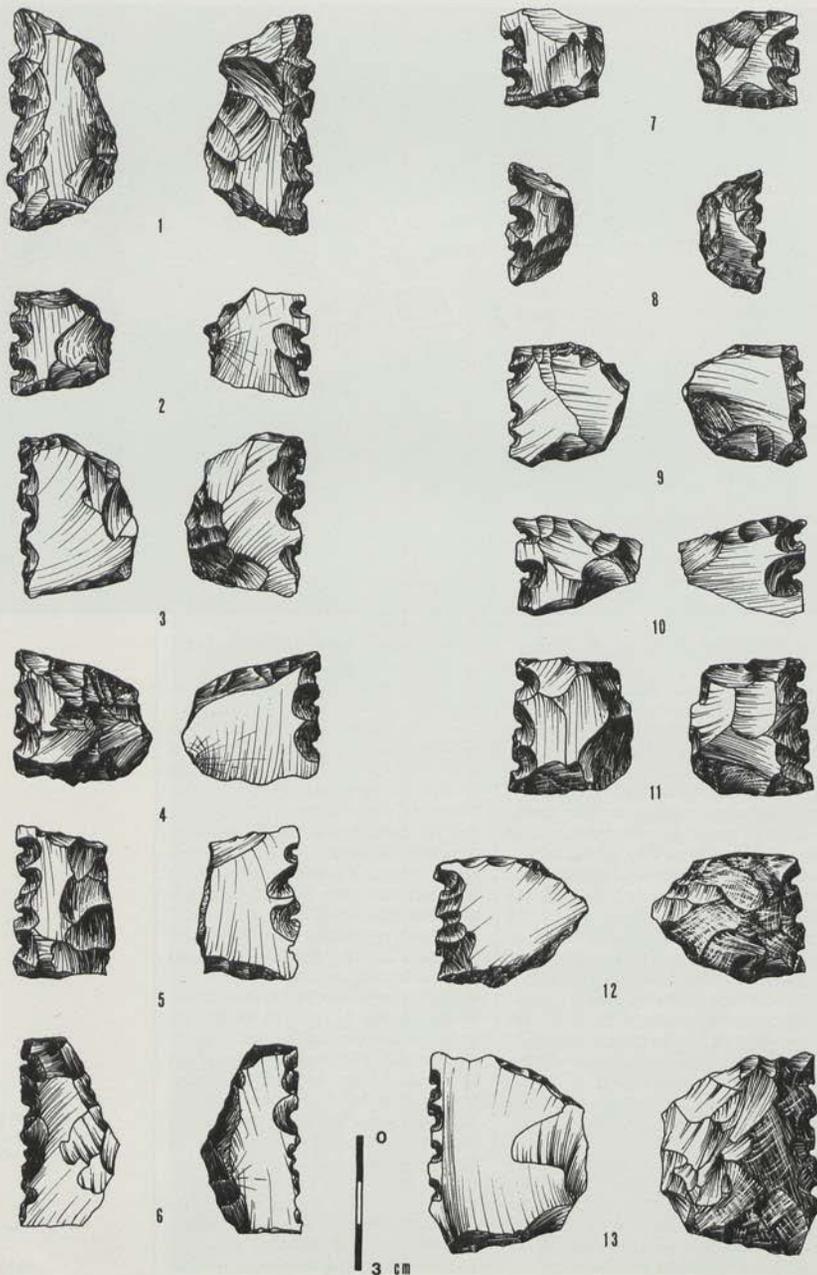
— predominância de pastas semi-compactas, grosseiras;
 — grande variabilidade dos ambientes de cozedura;
 — predominância de duas formas, as taças carenadas (em geral com carena alta — Fig. 8, n.º 2 e 4) e os vasos altos com parede reentrante e bordo ligeiramente extrovertido (fig. 8, n.º 5, 6 e 7; Fig. 9). Identificou-se ainda uma forma de grandes dimensões (Fig. 8, n.º 3), por vezes atribuída a «vasos de provisões»; de mencionar ainda um vaso pequeno com colo incipiente (Fig. 8, n.º 1).

No que respeita à cerâmica decorada, há a assinalar apenas a existência de dois motivos decorativos: o denteado, no bordo de vasos altos com parede reentrante (Fig. 8, n.º 5 e 6), obtido pela impressão de espátula na pasta fresca; e o efectuado pela impressão de estilete de secção circular, segundo alinhamento paralelo ao bordo de vasos de tipologia idêntica aos decorados pelo motivo anterior (fig. 8, n.º 7). Deve referir-se também a existência de mamilos decorativos, situados na carena de algumas taças;

— no que respeita a modos de preparação, conhecem-se pequenas asas, partindo do bordo (Fig. 9), pegas perfura-

Foto 4
 Vista geral da parte setentrional da zona escavada, podendo observar-se a concentração de grandes blocos, sobre os quais assenta o nível arqueológico, de coloração esbranquiçada, conferida pelos restos, muito esmagados, de conchas

Fig. 5
Elementos de foice
denticulados,
recolhidos
à superfície
antes da realização
dos trabalhos



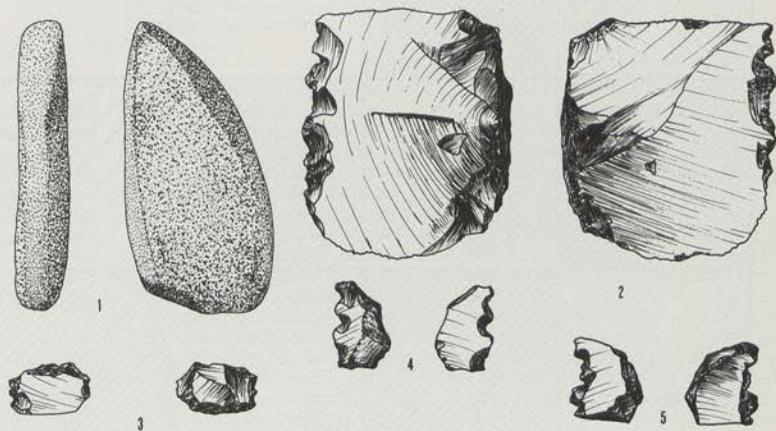


Fig. 6
 1 – Possível brunidor
 de cerâmica
 de quartzito ($\times 0,71$);
 2 a 5 – Elementos de foice
 denticulados,
 recolhidos na escavação ($\times 0,71$);

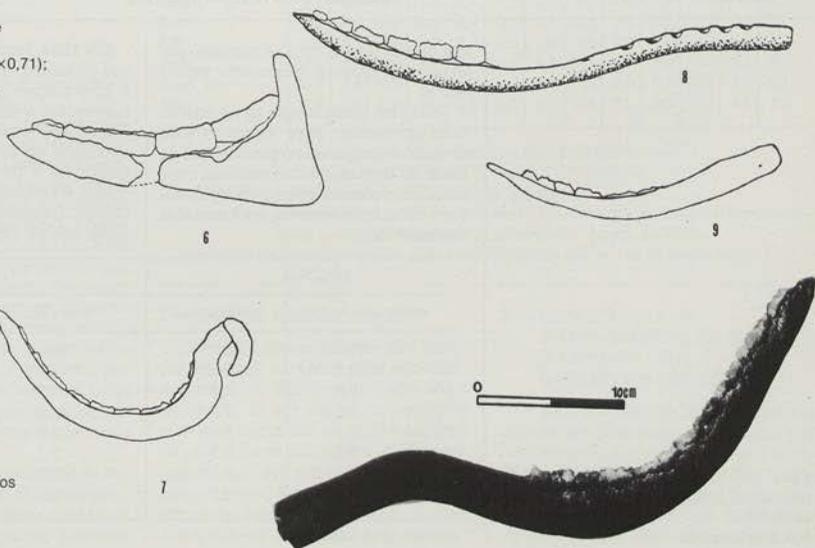
6 a 9 – Modelos de foices
 pré-históricas,
 com elementos de sílex
 montados em cabos
 de madeira:

6 – Solferino (Itália);
 7 – Hemaka (Egipto);
 8 – Alcoy (Espanha);
 9 – Karanovo (Bulgária).

In Paço, A. do (1964)
 – Castro de Vila Nova
 de S. Pedro.

XIV – Vida Económica.
 Anais da
 Academia Portuguesa
 da História,
 Série II, Vol. XIV.
 Lisboa;

10 – Reconstituição
 de foice pré-histórica,
 com elementos denticulados
 provenientes
 da Tapada da Ajuda,
 fixados com resina



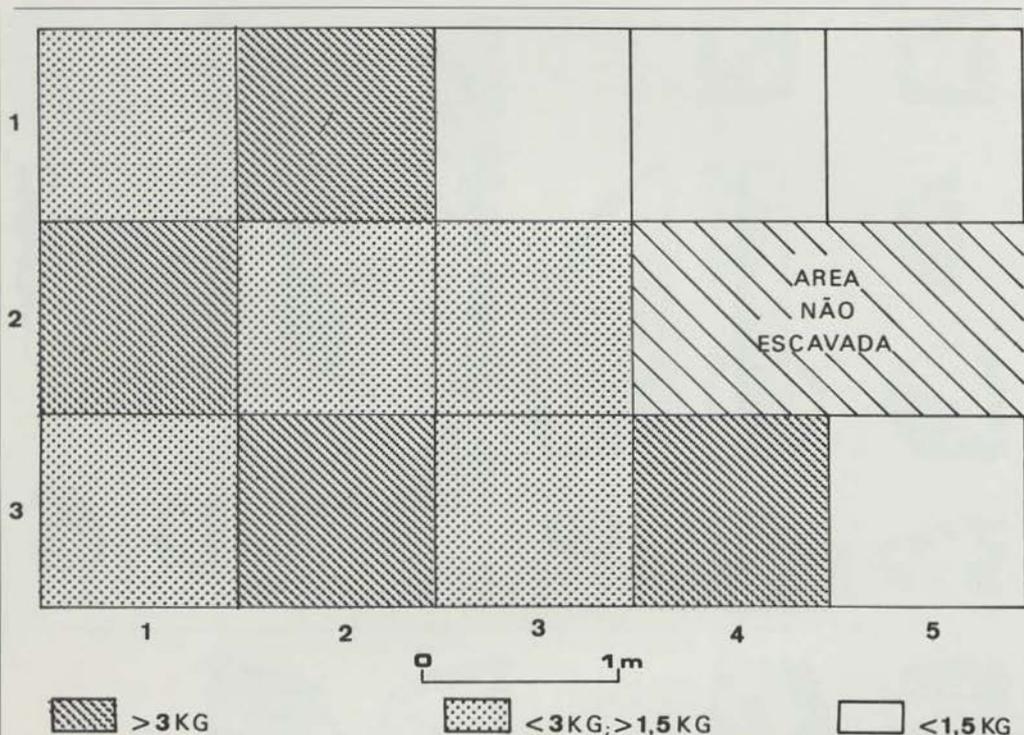


Fig. 7
Distribuição da densidade
da cerâmica,
pela área escavada

das ou não (Fig. 8, n.º 3) e mamilos, por vezes aos pares e igualmente perfurados.

Tendo em consideração as características apontadas, deve incluir-se este conjunto homogêneo no período final da Idade do Bronze; não se recolheu, contudo, um único fragmento de cerâmica com decoração brunida, característica deste período.

Em 1984, recolheram-se dois objectivos metálicos, uma escória de fundição e uma pequena argola. A análise por fluorescência de raios X, efectuada no Centro de Física Nuclear (INIC) da Universidade de Lisboa pelo Prof. F. Bragança Gil e Dr.ª Filomena Guerra em quatro e sete pontos diferentes de cada objecto (respectivamente escória e argola), deu os seguintes resultados:

ESCÓRIA		ARGOLA		
média lado A	média lado B	média lado A	média lado B	
Cu	69,0	63,1	55,7	59,7
Sn	24,1	22,5	19,0	23,3
Pb	0,4	0,3	1,2	0,9
Fe	5,7	7,6 *	12,6	9,9
Ni	0,2	3,5	6,5	—
As	0,5	0,7	2,1	2,9
Ag	0,1	0,09	0,9	1,0
Sb	0,1	0,2	2,0	2,0

* apenas uma análise

Os valores obtidos para os diversos elementos presentes, indicam tratar-se de ligas bronzíferas, com elevadas percentagens de estanho, compatíveis em ambos os objectivos. Saliente-se, todavia, a acentuada falta de homogeneidade das ligas, pelo menos à superfície.

5 — FAUNA MALACOLÓGICA E MAMALÓGICA

O local escavado corresponde, como se referiu, a depósito de acumulação de detritos de alimentação (restos de cozinha), particularmente evidenciados pelos fragmentos de conchas, que dão à camada arqueológica uma coloração esbranquiçada. Pelo contrário, os restos mamalógicos são muito mais reduzidos. No que respeita àqueles, identificaram-se as seguintes espécies (*):

Patella athletica (lapa);
Patella lusitânica (lapa);
Trochocochelea lineata;
Nassa reticulata nitida;
Ostrea edulis (ostra);
Mytilus edulis (mexilhão);
Venus verrucosa;
Pecten maximus (vieira);
Chlamys varia;
Ruditapes decussatus (ameijoia).

A distribuição percentual destas espécies, apresenta-se na Fig. 10.

No conjunto, trata-se de fauna compatível com as condições da embocadura do rio Tejo, embora a presença significativa de ostras possa apontar para a prática de recolheção mais a montante, em pleno estuário a menos que fossem recolhidas em hipotética enseada existente junto da confluência com o Tejo, de curso de água adjacente. Das espécies essencialmente marinhas, umas requerem fundos de areia vasosa, como a ameijoia e a vieira, outras substratos rochosos, como a lapa e o mexilhão, que certamente existiriam ao longo da antiga linha de costa, na margem Norte da embocadura do Tejo, entre Alcântara e Belém.

De acordo com a classificação da fauna, efectuada pelo Prof. M. Telles Antunes, da Universidade Nova de Lisboa, estão presentes as seguintes espécies:

Espécies	Número mínimo de indivíduos
<i>Ovis aries</i> (ovelha).....	4 (3 jovens e 1 adulto)
<i>Bos taurus</i> (boi).....	3 (adulto)
<i>Sus domesticus</i> (porco).....	1 (subadulto)
<i>Canis cf. familiaris</i> (cão).....	1 (adulto)
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (coelho)	1 (adulto)
<i>Cervus elaphus</i> (veado).....	1 (adulto)
<i>Bufo</i> sp. (sapo).....	1

A conclusão geral que se obtém é a de que se trata de associação pouco diversificada, primordialmente constituída por espécies domésticas: gado ovino e bovino, sobretudo; à existência de rebanhos não será, por certo, estranha, a presença do cão. A caça desempenhava um papel muito secundário na alimentação, facto talvez devido por um lado à sua escassez relacionada com a degradação dos recursos e por outro à estabilidade da fixação humana. Com efeito, de acordo com as observações efectuadas por M. Almagro Gorbea no importante povoado de Medellin (Badajoz) (*), o aumento da percentagem do gado bo-

vino (que, embora representado na jazida da Tapada da Ajuda por um número de indivíduos inferior ao do gado ovino, devia ocupar, em termos de peso de carne consumida, o primeiro lugar) sobre os ovicaprinos e em especial sobre os suínos e sobre a caça, indica uma tendência para formas de alimentação mais estáveis e melhor organizadas. Sem esquecer a nitida insuficiência numérica dos resultados disponíveis de momento, para que sejam representativos, considera-se de algum interesse, no entanto, a apresentação conjunta com os obtidos noutras jazidas do Bronze final e da Idade do Ferro da Península:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Boi	43,7	32,5	48,8	57,5	26,4	52,8	48,4	6,7	23,1	31,8	23,2	18,6	27,3
Ovelha e Cabra	27,5	45,1	23,7	10,6	32,0	24,8	42,8	41,7	50,8	44,9	58,1	47,4	36,4
Porco	9,5	13,8	24,9	7,9	12,9	4,9	5,6	8,5	13,0	14,8	4,6	11,8	9,1
Cavalo	0,6	0,3	0,0	11,5	0,7	0,7	0,4	0,2	9,8	4,3	2,3	1,7	0,0
Burro	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	10,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cão	2,8	0,1	0,0	7,0	1,1	0,0	0,8	3,8	0,0	0,0	2,3	5,0	9,1
Veado	10,6	3,0	1,8	6,1	11,3	13,6	0,5	27,1	3,3	4,2	9,3	15,3	9,1
Javali, etc.	3,5	2,5	0,0	0,0	5,7	1,4	1,1	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1*
Aves	0,6	2,0	0,5	0,0	0,6	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Tartessico: A — Medellin; B — Carambolo alto; C — Carambolo baixo;

D — Evora; E — Cabezo de S. Pedro; F — Saladares.

Fenício: G — Toscanos; H — Cerro de la Tortuga.

Bronze Final: I — Monachil (III-IV); J — Purullena; K — Ecce Homo (total das «montureiras»); L — Ecce Homo (total da jazida); M — Tapada da Ajuda.

* Neste grupo, foi integrado o coelho, partindo do princípio de que se trata de coelho bravo.

7 — OUTROS RESTOS

Elementos acerca da cobertura florística existente na época, são escassos, de momento. Refira-se, no entanto, a existência de um fragmento cerâmico com uma impressão de página superior de uma folha de zambujeiro — *Olea europaea ssp. sylvestris*, em estado epinescente (Fot. 5). Esta subespécie corresponde, na verdade, à flora primitiva dos arredores de Lisboa.

7 — CARACTERÍSTICAS DO POVOAMENTO NA IDADE DO BRONZE FINAL, NA PENÍNSULA DE LISBOA

A situação geral da jazida, antes da sua parcial destruição, correspondia a área externa, em encosta suave e fértil, sem condições naturais de defesa, junto de curso de água e em fácil comunicação com o estuário do Tejo. Nesta zona de solos férteis, fixou-se o homem, em

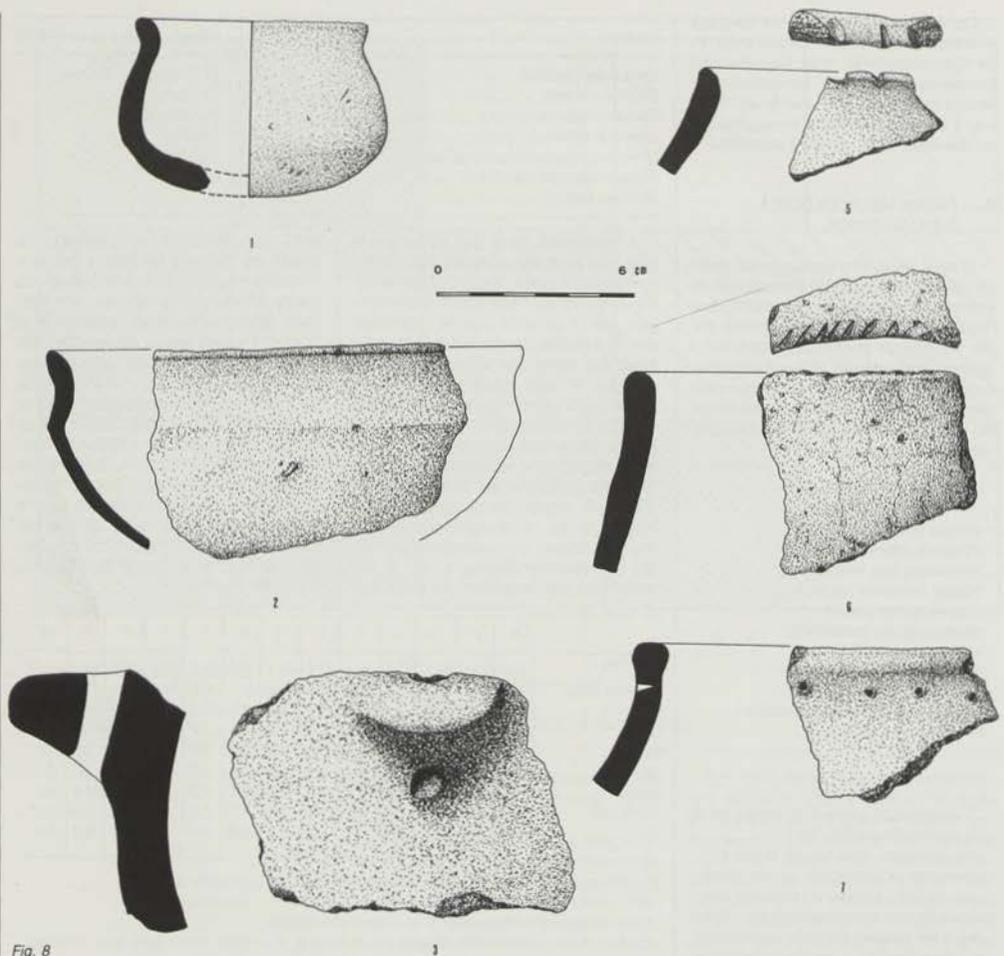


Fig. 8

Cerâmicas recolhidas
na escavação:

- 1 - Pequeno vaso
de colo incipiente;
- 2 e 4 - Taças de carena alta;
- 3 - Bojo de grande
«vaso de provisões»,
com pega perfurada;
- 5 e 6 - Bordos de vasos
com decoração denteada
sobre o lábio;
- 7 - Bordo de vaso
com decoração impressa
de estilete,
na pasta fresca

pequenos núcleos habitacionais, correspondentes provavelmente a pequenas unidades agrícolas do tipo «granja». As relações entre estes diversos núcleos deveriam ser intensas, dada a sua proximidade.

Ao contrário do verificado em jazidas coevas, do litoral baixo alentejano e algarvio, como a de Cerradinha — Santiago do Cacém (2) e a de Pontes de Marchil — Faro (3), parece bem documentada a sedentarização da população. Além de uma prática intensiva da agricultura, sem dúvida aspecto frisante da economia, se se atender aos numerosíssimos elementos de foice recolhidos, a subsistência era assegurada pela criação de gado bovino, ovino e suíno e ainda pela recollecção de marisco na zona do estuário do Tejo. Trata-se, portanto, de uma alimentação rica e completa, incompatível com estacionamento sazonal e temporário. A este povoamento permanente e pacífico, e intenso, que os numerosos «casais agrícolas» ou «granjas» disseminadas pela baixa península de Lisboa bem documentam (4), poderia corresponder um modelo de sociedade de poder centralizado, que a administraria, a partir de um determinado centro «urbano», à semelhança do preconizado para o Baixo Alentejo (5). Também R. Parreira perfilha esta hipótese, ao admitir, para a citada região, que o desenvolvimento de povoados de altura «como centros políticos e económicos de uma população dispersa em pequenos povoados nos arredores, parece ter-se dado, no entanto, apenas no final da Idade do Bronze...» (6). Para F. Kalb (7), o acentuado povoamento da Estremadura, neste período, deve residir no comércio externo e interno e não nas riquezas minerais que esta região, ao contrário do Norte do país e do interior alentejano, não possuía, para além da boa qualidade dos solos e do clima.

Por outro lado, a escavação desta jazida veio trazer novos elementos acerca da organização do espaço no seio duma daquelas unidades habitacionais. Tratava-se possivelmente de uma habitação feita em materiais perecíveis, embora de tipologia desconhecida, construída na própria área de acumulação dos detritos alimentares produzidos, aproveitando uma depressão pré-existente no terreno. Tal proximidade é indicada não só pela situação da estrutura de combustão identificada, mas também pelo frequente esmagamento «in loco» dos detritos, devido ao pisoteamento. Estas obser-

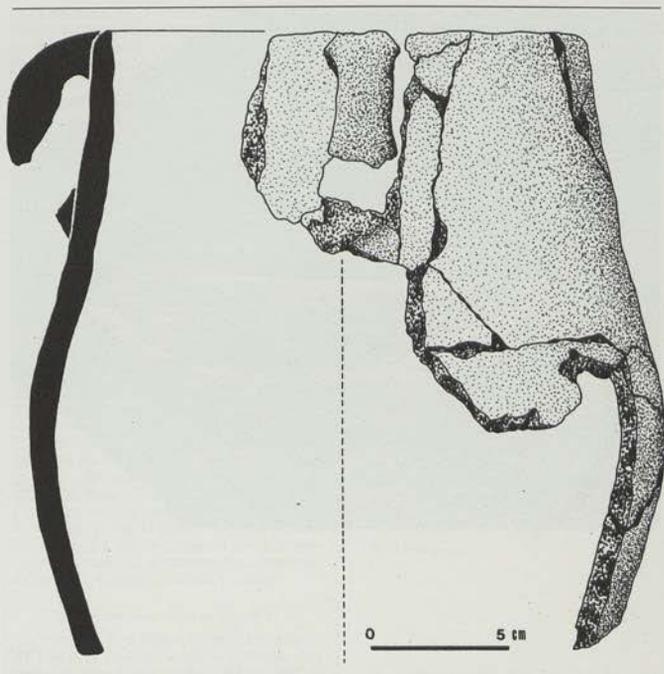


Fig. 9
Grande vaso,
com asa sobre o bordo 15



vações encontram paralelo em Pontes de Marchil⁽¹¹⁾.

8 — ASPECTOS CRONOLÓGICOS

A atribuição à Idade do Bronze final da jazida da Tapada da Ajuda, teve em consideração, sobretudo, a tipologia da cerâmica encontrada. Com efeito, as formas identificadas possuem abundantes correspondências não só na Estremadura⁽¹²⁾, mas também no centro e norte do país, em jazidas atribuídas ao Bronze final⁽¹³⁾. Da mesma forma, um dos motivos decorativos encontra paralelo, embora não totalmente coincidente, na decoração de bilha proveniente de Runa⁽¹⁴⁾.

A completa ausência da característica cerâmica com decoração brunida, ou em retícula brunida⁽¹⁵⁾, vem colocar a questão desta poder representar um fácies (com ou sem significado cronológico) dentro do Bronze final. Na actual fase de conhecimentos, para as jazidas portuguesas, tal resposta é impossível, tendo em conta os escassos elementos estratigráficos disponíveis e a ausência de estudos estatísticos da cerâmica. Recorde-se, todavia, que tal questão não é nova, visto já em 1980 Tejera Gaspar ter considerado, na região do Baixo Guadalquivir, a existência de um Bronze final inicial sem cerâmicas com decoração brunida⁽¹⁶⁾. De igual forma Pellicer Catalan⁽¹⁷⁾ subdivide o Bronze final na Andaluzia ocidental em duas fases, a mais antiga abrangendo os séc. XI-X a. C., atingindo a mais recente os meados do séc. VIII a. C., altura em que se processam os primeiros contactos com colonizadores vindos da região oriental do Mediterrâneo. Este curto período, designado por «Orientalizante antigo», corresponde ao auge de produção das cerâmicas com decoração em retícula brunida. Contudo, de acordo com este autor, tal técnica tem raízes no Calcolítico da região, observando-se, com crescente abundância, desde a fase inicial da Idade do Bronze final. Outros autores, como Schubart⁽¹⁸⁾, admitem uma filiação tipológica das taças carenadas deste período em exemplares calcolíticos, atribuindo os motivos e técnica decorativa a influências mediterrânicas, nomeadamente da Sardenha, ilha com a qual, no princípio do I milénio a. C., a região do baixo Tejo possuía relações evidentes⁽¹⁹⁾. Discutindo as relações entre o grupo da cerâmica com

Foto 5

Pormenor da impressão de folha de zambujeiro, em fragmento cerâmico

decoreção brunida do baixo Tejo, e o do baixo Guadalquivir, este autor admite a hipótese, embora baseado em critérios tipológicos talvez escassos⁽²⁾, daquele ser anterior a este. O aparecimento posterior de uma fibula de espiral simples, no monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), associada a um grande vaso com decorção brunida, vem em reforço desta hipótese se atendermos a que aquele tipo é característico da fase Pantalica II, séc. XI-X a. C.⁽³⁾

Em conclusão, se o limite inferior cronológico da jazida da Tapada da Ajuda, embora imprecisamente, se situa cerca do séc. XI-X a. C., o respectivo limite superior, graças a trabalhos de escavação recentes, encontra-se melhor definido. Em local situado nesta região, perto da povoação de Outurela, foi possível caracterizar uma ocupação de cujo espólio se encontrava praticamente ausente a cerâmica de fabrico manual (exclusiva na Tapada da Ajuda), mas com cerâmica pintada de bandas, cerâmicas cinzentas finas e ânforas fenícias. Esta ocupação é paralelizável com a Fase III do Castelo de Alcácer do Sal, que remonta ao séc. VII-VI a. C.⁽⁴⁾ Este resultado vem corroborar as observações estratigráficas efectuadas na jazida dos Moinhos da Atalaia (Amadora), único local onde, na península de Lisboa, foi possível observar os dois horizontes sobrepostos, embora não se sabendo se separados por período de abandono⁽⁵⁾. Importa, pois, na sequência destas primeiras escavações, promover a inventariação dos locais com cerâmicas do Bronze final e do Ferro inicial das penínsulas de Lisboa e de Setúbal e a investigação exaustiva dos que oferecerem maior interesse. Trata-se de tarefa de inegável interesse, tornada urgente pela destruição, nestes últimos anos, de um número significativo de vestígios, face à rápida expansão das zonas suburbanas em torno da capital.

A finalizar este trabalho, os autores desejam agradecer aos Drs. C. Tavares da Silva e J. Soares a leitura crítica do original, à Dr.ª P. Kalb a oferta de bibliografia relativa a escavações que tem dirigido, com M. Hock, em jazidas integradas no mesmo período cronológico-cultural, e ainda à Dr.ª S. Simões Salvado, pelo apoio inequívoco que quis conceder à preparação deste trabalho para a Revista Municipal.

(2) Cardoso, J. L.; Roque, J.; Peixoto, F. e Freitas, F. (1980/81) — Descoberta de jazida da Idade do Bronze na Tapada da Ajuda. Setúbal Arqueológica, Vol. VI-VII. Edição do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

(3) Classificação dos Doutores G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira, a quem muito se agradece.

(4) Almagro Gorbea, M. (1977) — El Bronce final y el Periodo Orientalizante en Extremadura. Bibliotheca Praehistorica Hispana, Vol. XIV. Madrid.

(5) Tavares da Silva, C. e Soares, J. (1978) — Uma jazida do Bronze final na Cerradilha (Lagoa de Santo André, Santiago do Cacém). Setúbal Arqueológica, Vol. IV. Edição do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

(6) Pinho Monteiro, J. (1980) — O acampamento do Bronze final das Pontes de Marchil. In Descobertas arqueológicas no sul de Portugal. Ed. do Centro de História das Universidades de Lisboa e do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

(7) Marques, G. e Andrade, G. M. (1974) — Aspectos da Proto-história do território português. 1 — Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, Vol. I. Porto — Pinto, C. Vaz e Parreira, R. (1978) — Contribuição para o estudo do Bronze final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. Actas das III Jornadas Arqueológicas, Vol. I. Lisboa.

(8) Tavares da Silva, C. et al. (op. cit.).

(9) Parreira, R. (1983) — O cerro dos castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. O Arqueólogo Português, Série IV, Vol. I. Lisboa.

(10) Kalb, P. (1980) — O «Bronze Atlântico» em Portugal. Sep. das Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Guimarães.

(11) Pinho Monteiro, J. (op. cit.).

(12) Spindler, K.; Castello Branco, A.; Zbyszewski, G. e Veiga Ferreira, O. da (1973/74) — Le monument à coupole de l'Âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). Comunic. Serv. Geol. Port., T. LVII. Lisboa.

(13) Kalb, P. e Hock, M. (1985) — Cerâmica da Senhora da Guia, Baiões e peças comparáveis do Sul de Portugal. Suplemento ao Catálogo «Cerâmica de Alpiarça», editado pelo Grupo de Amigos do Museu de Grão Vasco em Viseu, em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão em Lisboa.

(14) Spindler, K. et al. (op. cit.). Nas escavações de 1986 na vizinha jazida da 1.ª Idade do Ferro de Outurela, também se encontraram bordos de vasos com decoração denteada, idênticos a exemplares de Santa Olaia.

(15) Na Andaluzia ocidental, trata-se de técnica decorativa aplicada no interior de taças carenadas. Em Portugal, ocorre em recipientes de tipologia muito variada e na face externa destes. Tal facto motivou a criação de um grupo próprio, a partir da designação da jazida onde pela primeira vez foi correctamente caracterizado — «cerâmica tipo Lapa do Fumo» (in Almagro Gorbea, M., op. cit.).

(1) Endereço do primeiro dos signatários: Rua 23, n.º 13. Bairro da Encarnação-1800 LISBOA

Fig. 10
Diagrama de distribuição da fauna malacológica, por espécies

(¹⁵) Tejera Gaspar, a. 1980) — El Bronce final del bajo Guadalquivir y su problemática. Huelva Arqueológica, Vol. IV.

(¹⁷) Pellicer Catalan, M. (1983) — Hacia una periodización del bronce final en Andalucía occidental. Huelva Arqueológica, Vol. VI.

(¹⁸) Schubart, H. (1971) — Acerca de la cerámica del bronce tardío en el Sur y Oeste peninsular. Trabajos de Prehistoria, N. S., n.º 28. Madrid.

(¹⁹) Schubart, H. op. cit.

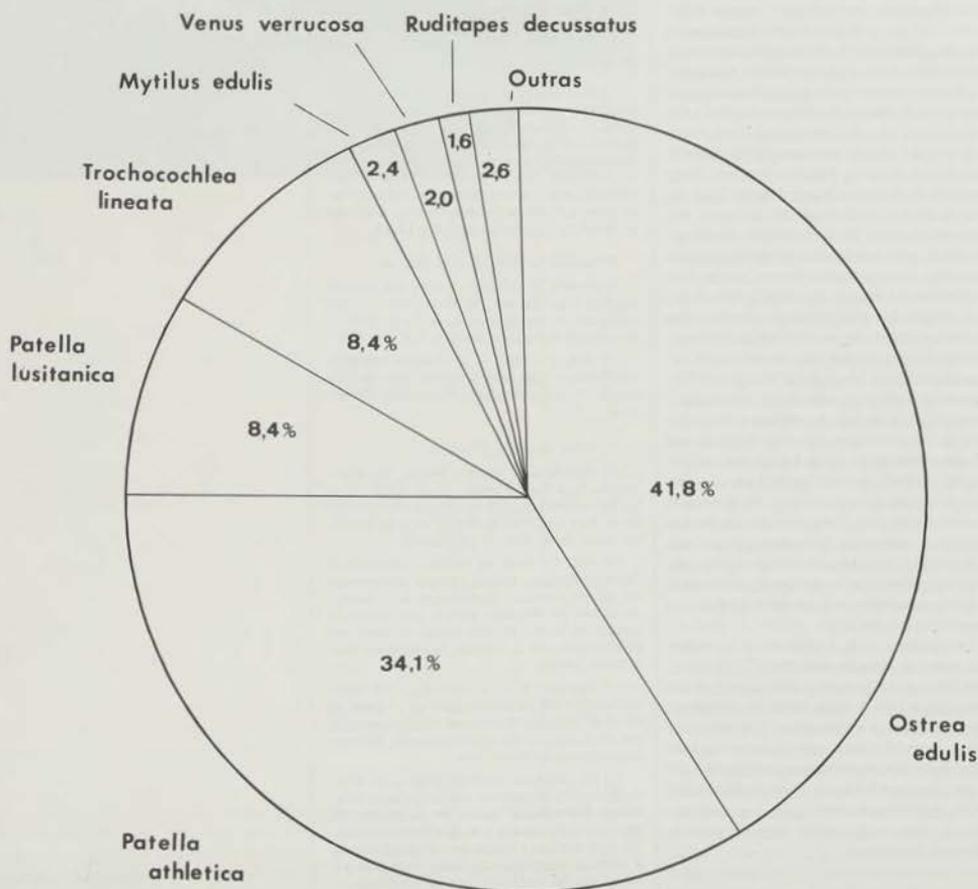
(²⁰) Este autor considera três zonas de distribuição para a cerâmica do Bronze final: o baixo Tejo, o baixo Guadalquivir e uma zona intermédia.

O 1.º grupo, poderia ser anterior ao segundo, de acordo com certos argumentos tipológicos, dos quais aquele a que parece atribuir maior importância se baseia nas cerâmicas encontradas na Gruta do Vimeiro (Macoira), representadas na Fig. 8 (a-d) daquele trabalho.

(²¹) Spindler, K. et al. (op. cit.).

(²²) Tavares da Silva, C.; Beirão, C. de Mello; Ferrer Dias, L. e Coelho-Soares, A. (1980/81) — Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). Setúbal Arqueológica, Vol. VI-VII. Edição do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

(²³) Pinto, C. Vaz e Parreira, R. (1978) — op. cit., nota 7.



A AULA DO COMÉRCIO DE LISBOA

I – ANTECEDENTES

O Ensino é, a um tempo, reflexo e agente, consequência e causa, mais ou menos nítida projecção, mais ou menos eficiente projecto. Reflexo quando, por ele, se pretende perpetuar valores, normas, padrões. Reflexo quando, com ele, se procura defender interesses, ideologias, esquemas mentais ou estruturas sociais. Reflexo, também, quando, mediante ele, se tenta enfrentar necessidades ou realidades novas. Reflexo, ainda, quando grupos recém-chegados ao poder entusiasticamente apostam na sua função de agente. Agente, sem dúvida, na medida em que atinge massas ou forma as classes dirigentes. Agente quando transmite como quando critica ou quando inova. Agente quando difunde utensilagem mental, quando propaga ideologias, quando apetrecha com técnicas específicas. Disto resulta a riqueza informativa da análise do microcosmos social que é a Escola (!), disto resulta a importância da História do Ensino (?). Esta importância será tanto maior quanto mais o historiador consiga ir além das normas e práticas da administração interna das escolas, da letra dos programas e das alterações legislativas, quanto melhor consiga ultrapassar uma história institucional fechada e, situando-se numa perspectiva sociológica amplamente compreensiva (?), procure apreender a tensão dinâmica existente entre a Escola e a Sociedade que a institui e a molda, mas dela também recebe inevitável influxo.

Vindo ao caso concreto do objecto do nosso estudo, parece que poderá ele fornecer valiosas achegas para o conhecimento do devir da nossa existência colectiva: Escola dedicada ao Comércio e à Contabilidade, pela sua natureza cingidamente linda com a evolução das reali-

dades e do pensamento económicos; além de que acompanha, ao longo da sua existência (1759-1844), o período decisivo de viragem na Sociedade Portuguesa que vai do consulado pombalino à instalação do regime liberal.

Seria óbvio, ainda quando não fosse conhecido, que a prática da actividade comercial teria de provocar uma reflexão que a racionalizasse, de conduzir a uma elaboração do saber empírico longamente adquirido e, finalmente, de fazer sentir a necessidade de transmitir as noções mais úteis ao exercício da mercância.

Quando se compreendeu que, fosse embora a prática a grande escola, ela podia ser bem mais fecunda se o futuro mercador previamente se apetrechasse com os conhecimentos úteis para o exercício da sua actividade, quando se admitiu que essa transmissão de experiência poderia também ter lugar fora do quadro familiar, nessa altura nasceu o ensino do Comércio.

O surto demográfico, económico, cultural, que caracteriza, no Ocidente europeu, os séculos xi a xiii, tem uma das suas facetas mais características na expansão da actividade comercial. Na expansão e, claro está, no aumento da sua complexidade. O mercador, emerso do seu gueto social, aumenta o seu poder económico e, em breve, o seu peso na sociedade, a sua influência política, a sua responsabilidade cultural. Mesmo no domínio das suas actividades, alargadas, diversificadas, complexificadas, são maiores as exigências. O conhecimento dos mercados, das regiões produtoras, dos mecanismos dos preços, o contacto com terras diversas onde diversas gentes tinham diferentes línguas e moedas diferentes, a complexidade das indis-



Nos séculos XI a XIII expande-se a actividade comercial, fenómeno que é inseparável do desenvolvimento urbano e da ascensão da burguesia

pensáveis práticas creditícias, a necessidade de uma escrituração simultaneamente simples e rigorosa, ultrapassaram a preparação e mesmo as previsões dos mais clarividentes dos velhos *piepowders*. E impuseram, em regiões economicamente pioneiras, o ensino dos mercadores.

No séc. XIII regista-se já, em Inglaterra, o emprego, por parte dos grandes proprietários rurais, de «um pessoal altamente qualificado em agronomia, em direito e em contabilidade, recrutado em cidades tais como Oxford, onde existiam já «escolas de comércio onde se ensinava a arte da correspondência comercial, assim como a redacção de actos judiciais, de contratos e de contas» (4). Gottschalk, McKinney e Pritchard (5) registam que «pendant le XIV^e et le XV^e

siècle, les institutions scolaires, qu'elles fussent primaires, secondaires ou supérieures, prolongeaient une tendance déjà amorcée et qui visait à donner une formation professionnelle». E, delimitando a mais significativa incidência geográfica do fenómeno, afirmam: «A la fin du Moyen Age, et en particulier dans les villes italiennes, on vit apparaître quelques écoles séculières qui, à bien des égards, différaient des écoles ecclésiastiques. Elles étaient destinées aux enfants des classes moyennes, auxquels on apprenait à lire et à écrire dans leur langue aussi bien qu'en latin, et qu'on initiait à l'arithmétique commerciale ainsi qu'aux connaissances indispensables à leur activité future». Recuando à Florença da transição de Duzentos para Trezentos, transmitem uma valiosa informação, onde podem destacar-se como aspectos particularmente interessantes a existência de escolas mistas, o elevado número (quer em valor absoluto, quer percentualmente) dos estudantes de Comércio, a distinção já nítida entre ensino primário e secundário: «Dans l'Histoire de Florence, Matteo Villani (1295? — 1363) indique qu'aux environs de 1300, il y avait dans cette ville trois types d'écoles. Neuf cents garçons et filles recevaient une instruction élémentaire dans les écoles paroissiales; onze cents environ fréquentaient des écoles commerciales, et à peu près six cents autres allaient dans des écoles secondaires préparant aux professions libérales. Certains de ces établissements étaient mixtes, et tous dispensaient un enseignement essentiellement professionnel (...)».

A necessidade de preparação dos mercadores está ligada ao alargamento das relações comerciais, assim como estas indissolvelmente o estão à nova mentalidade quantitativa, que imparavelmente se impõe e «impregna cada vez mais os círculos mercantis, a administração pública, a reflexão técnico-científica» (*). Manifestação desta mentalidade e base daquela preparação mercantil é a ciência do cálculo a cuja difusão nos séculos xv e xvi nos faz assistir o texto seguinte:

«(...) quanto à ciência do cálculo, sublinhemos que na Europa, de 1472 a 1519 se editam uns 40 compêndios de Aritmética, sendo um dos mais conhecidos o de frei Luca Pacioli, de 1494, em Veneza, com largas aplicações ao comércio. Na era quinhentista publicam-se vários manuais de Aritmética e contabilidade em Anvers, como seria de esperar.

No século XVI, Lisboa tem posição relevante nos grandes circuitos do comércio internacional. Atente-se na gaveta de arquivo dos negócios com Lisboa no escritório de Jacob Függer.

Banqueiro de imperadores e de papas, Függer dedicou-se também, desde os primeiros anos do séc. XVI, ao comércio das especiarias, realizado através de feitoria estabelecida em Lisboa e também da feitoria portuguesa em Antuérpia



Em França é evidentemente dos prelos de Lyon que em 1520 sai *L'Arithmétique* de Étienne de la Roche, com uma 1.ª parte teórica e uma 2.ª de prática aplicada a questões de moedas, mercadorias, companhias, etc. Em Inglaterra, pela mesma altura — 1522 — Cuthbert Tunstall lança a sua *De arte supputandi*. Ora em 1519 Gaspar Nicolas publicara a *Practica d'Arismetica*, baseada em Pacioli, cujo fim claramente enuncia: «a qual, mui magnifico Senhor [dirige-se ao conde de Tentugal], por ser cousa mui necessária nestes regnos e senhorios de Portugal, por bem de em eles florecerem os tratos das mercadorias da Índia e Pérsia e Thyópia e outras partes mais chegadas a nós e os tratadores multiplicarem nos ditos Reinos, me moveu a fazer e compor este breve tratado». Quer dizer que a ciência do número se tornou ferramenta indispensável do comércio e navegação, da construção do novo espaço. E logo em 1540 Rui Mendes lançará outra *Practica de Arismetica*.» (6).

Também no séc. XVI nos surge a primeira obra de autor português versando matéria fundamental para o apetrechamento dos negociantes: o tratado de seguros do doutor Pedro de Santarém. O autor tornou-se «naquele tempo a maior autoridade em matéria de seguros, a que deu uma nova fundamentação» e a sua obra conheceu numerosas edições na segunda metade do século XVI e era ainda editada já depois de meado o século XVII (7).

Defrontando-se como uma rede de relações económicas superiormente organizada, vivamente sentia o lúcido governante que foi Afonso de Albuquerque a impreparação dos agentes comerciais do Estado Português e para tal facto alertava o rei (por exemplo, em carta de 1 de Dezembro de 1513 na qual afirmava: «(...) vós nam tendes na india homem pera que dele devaes comfiar vosa fazemda, nem que saiba que couza he ser feitor, nem tratar, nem comprar, nem vender, nem fazer nenhum proveyto, nem fruyto») e dele se lamentava, como o faz em carta para Duarte Galvão em que afirma serem os feitores cortesãos ignorantes das técnicas mercantis porque «nem ho mamaram no leite, nem nunca o aprenderam».

Terá sido devido às críticas de Albuquerque à incompetência dos nossos feitores no Oriente que o rei tomou medida que se situa nos primórdios da nossa instrução comercial: «Segundo um in-

Afonso de Albuquerque (retrato da Galeria dos Vice-Reis).

Albuquerque tinha consciência clara das realidades do mundo do Comércio. Apossando-se (ou tentando fazê-lo) de Adém, Ormuz e Malaca visava controlar as rotas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico e o grande centro das trocas entre o Índico, a Indonésia e a China. E também se apercebia dos inconvenientes resultantes do facto de os feitores não saberem «nem tratar, nem comprar, nem vender, nem fazer nenhum proveyto, nem fruyto».



Loth de M. Louvi da Carta B. N. des. M. M. 12. L. 2.

Governador
Afonso de Albuquerque.

teressante documento de data um pouco posterior a 1621. D. Manuel teria ordenado que além do curriculum habitual pas-sassem a ser ministrados aos nobres con-hecimentos de contabilidade para que «supiesse la nobleza de libro de caxa j de cuenta j Raçon Atributos dela mercancia (...)». Considerava o rei que a mercancia exercida segundo as regras convinha à nobreza «de quien el pertendia fiarse dela administracion delaazienda Real (...)». Instruídos nas técnicas mercantis, esperava-se que os nobres se mostrassem «buenos mercadores» e «supiesen mejor encaminar sus cozas particulares y Reales (...)». (*)

Todavia, a interessante iniciativa régia terá provavelmente enfermado de poucas amplitude e duração e nos séculos seguintes a impreparação para a actividade comercial parece ter continuado a ser a regra ou, pelo menos, nada se vislumbra que permita admitir a existência de uma preparação minimamente sistematizada e institucionalizada. Duarte Gomes Solis, no século xvii, lamenta a inexistência de uma classe mercantil devidamente preparada e nas «Cartas sobre a educação da mocidade», concluídas no mesmo ano em que se iniciou o funcionamento da Aula, encontra-se passagem em que Ribeiro Sanches, descrente da qualidade da instrução ministrada em Coimbra, parece apontar para uma inexistente preparação prática que não deixaria de visar as actividades comerciais:

«Nenhuma coisa faz os homens mais humanos e mais dóceis do que o interesse: o comércio traz consigo a justiça, a ordem e a liberdade; e estes eram os meios, e o são ainda, de conservar as conquistas que temos. *Agricultura e comércio* são as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado; mas esta vida de lavradores, de oficiais, de mercadores, de marinheiros e soldados não se conserva com privilégios dos fidalgos, com imunidades e jurisdição civil dos eclesiásticos, com escravidão e com a intolerância civil.

«Não se conserva com a educação de saber ler e escrever, as quatro regras da aritmética, latim e a língua pátria, e por toda a ciência o catecismo da doutrina cristã. Não se conserva com o ócio, dissolução, montar a cavalo, jogar a espada preta e ir à caça. É necessária já outra educação, porque já o Estado tem maior necessidade de súbditos instruídos em outros conhecimentos (...)». (*)

Se Ribeiro Sanches não se referia de forma explícita à formação dos mercado-



D. Manuel I «tomou medida que se situa nos primórdios da nossa instrução comercial». A gravura, reproduzida da abertura do Liv. IV das Ordenações Manuelinas, representa o rei com mercadores

Carvalho e Melo, criador da Aula do Comércio.
Deve-se-lhe também a remodelação
ou criação de muitos outros organismos
ligados às actividades económicas:
a Casa dos Seguros, a Mesa do Bem Comum dos Mercadores,
as companhias majestáticas, entre outros



res e daqueles que, funcionários ou administradores de bens próprios ou alheios, tinham de dominar, ao menos, os rudimentos do cálculo e da escritura, mais de meio século antes, num dos mais influentes textos pedagógicos de finais de Seiscentos, os «Some thoughts concerning Education», o seu autor, Locke, apresentando um projecto educativo marcadamente utilitarista, defendia que o *gentleman* devia possuir noções de Contabilidade.

Mas dentro em breve estes conhecimentos, úteis sobretudo para as funções de administração do *gentleman farmer*, vão ser reconsiderados em termos de verdadeira formação de profissionais. E não é por acaso que, na área cristã de civilização, os dois períodos mais significativos de um ensino visando a prática do Comércio coincidem com as épocas de surto burguês: as suas primeiras manifestações são contemporâneas do triunfo dessa multimoda realidade social cujas faces mais significativas são a Cidade, o Comércio e a Burguesia; o início da sua difusão corresponde ao assentamento dos caboucos sobre que se erguerá o poderio dos *bourgeois conquérants* estudados por Charles Morazé.

O surto económico «de la grande bourgeoisie d'affaires (...) entraîne, surtout au XVIII^e siècle, un remaniement des valeurs pédagogiques»⁽¹⁰⁾, «remaniement» que, coincidindo com necessidades militares e outras, leva a uma proliferação de escolas especializadas. Roger Gal pode afirmar que «é no domínio do ensino técnico que o século XVII, no seu poente, teve um papel especialmente inovador»⁽¹¹⁾. Mas, precatemo-nos: o autor, ao fazer esta afirmação, tem em mente sobretudo as escolas militares, de Engenharia e de Arquitectura. Mais cingido ao campo que nos interessa, embora vogando em alguma imprecisão cronológica, está M. Chauncey Depew quando afirma: «A melhor invenção, criação ou descoberta dos tempos modernos é a escola manual de aprendizagem e a escola de comércio»⁽¹²⁾.

Quando se terá verificado o aparecimento destas escolas? Um esboço delas surge como a mais significativa manifestação, na Alemanha, da tentativa de reforma dos métodos tradicionais de educação: «Ce fut dans l'*Oekonomische und mathematische Realschule (Ecole pratique d'économie et de mathématiques)*, ouverte à Berlin en 1747 par le Plétiste Johann Julius Hecker (1707-1768), que la réaction se refléta le plus

ESTATUTOS
DA
JUNTA DO COMMERCIO
ORDENADOS
POR
EL REY
NOSSO SENHOR
No seu Real Decreto de 30 de Setembro de 1755.



LISBOA,
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,
Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.

M. DCC. LVI.

A Junta do Comércio «será executante da política pombalina e coordenadora das actividades económicas do País».

Era organismo poderoso e de diversificadas atribuições. Dela dependiam os negociantes de grosso trato e os mercadores de retalho. Superintendia na organização das frotas e na concessão de passaportes. Colidia, nas suas funções de fiscalização, com as alfândegas e, na determinação das habilitações para officios, com o Senado da Câmara e com a Casa dos Vinte e Quatro. Foi instrumento do fomento industrial pombalino



D. José I:
no seu reinado foi criada
a Aula do Comércio

effectivement. Cette école, qui préparait les garçons aux réalités de la vie de la classe moyenne, dispensait moins de latin et de grec et davantage de mathématiques, de science économique, d'histoire, de géographie, de physique, de dessin et d'autres disciplines «pratiques», sans pour autant être une simple école commerciale»⁽¹⁾.

Do outro lado do Atlântico idêntica orientação abria caminho: «L'Académie de Philadelphie, ouverte en 1751 sous le patronage de Franklin, ne tarda pas à devenir une école où l'on préparait aux professions commerciales et techniques en même temps qu'on y enseignait, entre autres, le latin, l'anglais, les mathématiques et les sciences.»⁽²⁾

Os Irmãos das Escolas Cristãs rivalizam com os pietistas na acção proselitica e empenham-se também na difusão de um ensino que dê resposta a necessidades profissionais. E a respeito da sua acção docente Antoine Léon afirma: «Certains établissements tenus par les frères des écoles chrétiennes ont une vocation professionnelle. C'est le cas de l'école de dessin ouverte à Saint-Sulpice en 1753 ou des cours de navigation et de comptabilité, institués dans les villes maritimes.»⁽¹⁴⁾

Nesta fase precursora da criação de um ensino comercial autónomo é também de registar o facto de já em 1740 estarem criadas na Universidade de Upsala cadeiras de Economia e Comércio.⁽¹⁵⁾

Um estudioso de assuntos de Comércio, ignorando a Aula de Lisboa, remete para os finais do séc. XVIII o aparecimento de escolas especiais de Comércio: «La première école spéciale pour le commerce a été fondée à Lubeck, en 1793, sous le nom d'Académie pratique du commerce (...) Un établissement analogue et portant le même nom a été créé, en 1815, à Hambourg par M. Ch. Trieger. Plus tard, il en a été fondé un autre à Leipzig (...) L'école supérieure du commerce de Paris (...) fut fondée vers 1822 (...)»⁽¹⁶⁾.

Por diversas vezes se tem afirmado a prioridade da criação da Aula do Comércio de Lisboa. E parece que com alguma razão. Os dados que foi possível recolher e que acima ficam indicados permitem, de facto, asseverar que a escola pombalina foi, no séc. XVIII, das primeiras a ser criada, foi, de entre estas, das poucas onde se estabeleceu um ensino que, expressa e exclusivamente, visava a preparação para profissões comerciais e terá sido, realmente, a primeira que pode considerar-se estabelecimento de ensino oficial.⁽¹⁷⁾

Um contemporâneo poderia exaltar desmedidamente as vantagens da Aula e os méritos da sua criação. Mas não poderia assegurar o facto de ela ser única se, de facto, outras houvesse conhecidas. Por isso são de considerar com valor probatório do carácter pioneiro da Aula lisboense as afirmações feitas por um professor da mesma⁽¹⁸⁾ em texto que lhe dedica⁽¹⁹⁾ e em que lhe chama «Seminário, unico pella sua natureza, e utilissimo pello seu objecto». E, englobando na mesma menção também a Aula da Língua Francesa, ainda mais explicitamente afirma: «Estes estabeleci-

mentos, dignos do Monarca, que os instituiu, e dos seus Ministros (...) são monumentos à todas as luzes grandes, e ainda unicos na Europa, bem que semelhantes Seminarios Mercantis sempre se considerassem, como o unico, e verdadeiro meio de se infundirem em huma Nação a Sciencia, e a Arte do Commercio, de cuja instrucção, presecação, e extensaõ se reconhece hoje em todo o Mundo a necessidade, e a utilidade. Era justo, e natural, que huma Nação, como a Portugueza, que conservando a primazia, que tem adquirido, em ser a primeira, que fundou na Villa de Sagres, e na Cidade de Lagos Seminarios illustres, para os Estudos da Astronomia, da Geographia, da Navegaçõ, e do Commercio Marítimo, com que se formãro e muitos Sabios, e famosos Varoens, que em poucos annos, e por mares até entãõ desconhecidos, lançãro os primeiros fundamentos da verdadeira navegaçõ, e extenderãõ o Imperio Luzitano por hum, e outro Hemispherio, fosse tambem a primeira, em que se instituissem Aulas publicas, para nellas se ensinar a Sciencia elemental do Commercio, na fórma, e com as mesmas sollemnidades, e methodo, com que se diffundem, e communicam as outras Sciencias, e Artes».

Esta assunção do ensino do Comércio à maioridade pedagógica, cujo reconhecimento (ou cuja promoção), traduzido na prática das «mesmas sollemnidades, e methodo», o equiparava ao das «outras Sciencias, e Artes», tem lugar em Portugal em meados do século XVIII. Que circunstâncias possibilitam tal facto, em que contexto cultural se insere ele, a que aspirações ou necessidades responde?

Corresponde, sem dúvida, à «severidade nova contra os que exercem quaisquer profissões sem a respectiva habilitação official», típica do «século XVIII esclarecido»⁽²⁰⁾.

Integra-se no surto do ensino técnico, que está em sintonia com a mencionada «severidade nova», e que se traduziu também, na segunda metade do século (entre nós no último quartel dele), no adensamento da criação de escolas militares, de Engenharia, de Desenho, de Cirurgia, etc.

Pela sua fundação, pela sua finalidade e pelas matérias nela ministradas, era a Aula uma escola estatal e uma escola laica. Nessa medida é sintoma e agente do reforço do poder do Estado. Nessa medida também se acha em consonância

relativamente à tendência laicizante que ia abrindo caminho no pensamento pedagógico da época e tem o seu representante mais característico em La Charlotais⁽²¹⁾.

Pode ainda detectar-se um encontro com as tendências culturais da época nas palavras proferidas pelo lente⁽²²⁾ da Aula na abertura do 5.º curso, nas quais, a par das vantagens do Comércio, exalta o papel das Matemáticas na preparação para o exercício do mesmo. Lembrem-nos de que, no séc. XVIII, «les mathématiques se sont répandues dans l'industrie et même le commerce» e de que «Sur le Continent (...) le siècle des lumières voit se succéder à un rythme rapide de nombreux travaux de valeur qui, développant les grandes conquêtes du siècle précédent, élargissent considérablement le domaine d'action et l'efficacité des mathématiques»⁽²³⁾. É tomando em conta estas circunstâncias que adquire mais nitido significado o destaque dado ao carácter de fundamento reconhecido à preparação matemática: inaugura-se «o novo Curso desta Aula, estabelecida para nella se ensinar a sciencia do Commercio: Sciencia, que sendo fundada na segura baze das Mathematicas/o mais evidente dos conhecimentos humanos/deriva huma nova importancia da sua natureza e do seu objecto. Vejo desenvolver-se o entendim.» à luz das verdades, que se lhe demostraõ; e a razão sahir do captivo da confusão, originada da falta de calculo, e de methodo. Vejo na pratica do Commercio as fontes inexauriveis, e o principio unico da opulencia, em q. se fundãõ os solidos progressos da Agricultura, das Manufacturas, e da Navegaçõ; e donde dimanãõ a perfeiçãõ das Artes, as invenções novas, o adiantamento de todas as outras sciencias; e por isso mesmo a fama das Nações, o poder dos Estados, o respeito dos Reynos, da conservaçãõ das Monarchias, e a felicidade dos Povos.»⁽²⁴⁾

E, especificamente na Sociedade Portuguesa, quais terão sido os vectores culturais, políticos, económicos, cujo entrecruzamento tenha tornado possível o aparecimento da nova escola?

Em primeiro lugar, e ainda que tal não seja aplicável só ou principalmente à Aula do Comércio, há a considerar que as notáveis reformas e iniciativas no domínio do Ensino levadas a cabo entre nós na segunda metade do séc. XVIII radicam na convicção existente no País «da fraqueza das condições práticas do seu ensino e da urgência de as modifi-



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de confirmação virem, que havendo visto, e considerado com pessoas do meu Conselho, e outros Ministros doutos, experimentados, e zelosos do serviço de Deos, e Meu, e do Bem-commum dos meus Vassallos, que me pareceo consultar, os Estatutos da Junta do Commercio, conteúdos nas vinte e seis meyas folbas de papel atraz escritas, e rubricadas por Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, do meu Conselho, e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, os quaes foraõ ordenados em execucao do meu Real Decreto de trinta de Setembro do anno proximo passado de mil setecentos cincoenta e cinco: E porque sendo examinados os mesmos Estatutos com maduro conselho, e prudente de liberaçao, se actou, serem de grande, e notoria utilidade para a conservaçaõ, e augmento do Bem-publico dos meus Vassallos, e do commercio, e navegaçaõ destes Reynos, e seus Dominios: Em consideraçaõ de tudo: Hey por bem, e me fraz de confirmar os ditos Estatutos, e cada hum dos seus Capitulos, e Paragrafos, em particular, como se de verbo ad verbum fossen aqui insertos, e declarados; e por este meu Alvará os confirmo de meu proprio Motu, certa Sciencia, Poder Real Supremo, e absoluto, para que se cumprãõ, e guardem taõ inteiramente, como nelles se contém. E quero, e mando, que esta confirmaçaõ em tudo, e por tudo, seja inviolavelmente observada, e nunca possa revogar-se, mas sempre, como firme, valida, e perpetua, esseja em sua força, e vigor, sem diminuiçaõ, e sem que se possa pôr duvida alguma a seu cumprimento em parte, nem em todo, em Fuizo, nem fora delle; e se entenda sempre ser feita na melhor fórma, e no melhor sentido, que se possa dizer, e entender a favor da mesma Junta do Commercio, e conservaçaõ delle: Havendo por suppridas (como se fossen expressas neste Alvará) todas as clausulas, e solemnidades de feito, e de Direito, que necessarias forem para a sua firmeza: E derogo, e Hey por derogadas todas, e quaesquer Leys, Direitos, Ordenaçoes, Capitulos de Cortes, Provisoens, Extravagantes, e outros Alvarás, e opinioens de Doutores, que em contrario dos mesmos Estatutos, e de cada hum dos seus Capitulos, e Paragrafos, possa haver por qualquer via, ou por qualquer modo, posto que

k

taes

taes sejaõ , que fosse necessario fazer aqui dellas especial , e expressa
relaçãõ de verbo ad verbum , sem embargo da Ordenaçãõ do livro
segundo titulo quarenta e quatro , que dispoem , não se entender
ser por Mim derogada Ordenaçãõ alguma , se da substancia della se
não fizer declarada mençãõ. E terá este Alvará força de Ley , pa-
ra que sempre fique em seu vigor a confirmaçãõ dos ditos Estatutos ,
Capitulos , e Paragrafos , que nelles se contém , sem alteraçãõ , nem
diminuiçãõ alguma.

Pelo que , mando ao Presidente do Desembargo do Paço , Re-
gador da Casa da Supplicaçãõ , Védores da minha Real Fazenda ,
Presidentes do Conselho Ultramarino , e da Mesa da Consciencia ,
e Ordens , Desembargadores , Corregedores , Juizes , Justiças , e
pessoas de meus Reynos , e Senborios , que assim o cumprãõ , e guar-
dem , e façãõ inteiramente cumprir , e guardar , sem duvida , nem
embargo algum ; não admittindo requerimento , que impida em todo ,
ou em parte o effeito dos ditos Estatutos , por tocar ao Desembar-
gador Juiz Conservador , e ao Provedor , e Deputados da Junta
do Commercio tudo o que a elles diz respeito. E Hey por bem , que
este Alvará valha como carta , ainda que não passe pela Chancella-
ria , e posto que o seu effeito baja de durar mais de hum anno , e sem
embargo da Ordenaçãõ livro segundo , titulo trinta e nove , e qua-
renta em contrario. Dado em Belem aos dezaseis dias do mez de
Dezembro de mil setecentos e cincoenta e seis.

R E Y . . : .

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

Alvará

car» bem como no facto de ter havido, durante a primeira metade do século, «um movimento de interesse pelos problemas do ensino que se exprime em várias e importantes obras sobre o assunto e que tiveram larga audiência no País»⁽²⁴⁾.

A consciência da necessidade de efectuar mudanças adquiriu inesperada eficácia e carácter sistemático quando assumida por Pombal. «O seu génio político servido por uma vontade de ferro fez-lhe compreender» a necessidade de «uma remodelação completa do sistema pedagógico reinante» e «a criação de um novo sistema pedagógico, que em todos os graus de ensino, representasse o triunfo da ideologia dos inovadores»⁽²⁵⁾ foi tornada possível pelo encerramento das escolas jesuíticas. Parece perfeitamente legítimo fazer decorrer a criação de um ensino novo de um ambiente cultural havia algumas dezenas de anos trabalhado pelos fermentos da inovação. E se os projectos de reforma pedagógica eram críticos em relação ao ensino jesuítico⁽²⁶⁾ e o governante que mais amplamente os pôs em prática tinha pela Companhia a conhecida tenaz animosidade, não será talvez excessivo admitir que Carvalho e Melo tenha visto na criação do ensino comercial também a vantagem de estabelecer um ramo de ensino à margem da influência jesuítica.

A hostilidade aos inicianos é a manifestação mais espectacular de uma orientação regalista que é indissociável das tendências laicizantes e manifesta, na sua esfera, o absolutismo que entre nós com Pombal culmina. Laicismo e mentalidade burguesa, absolutismo e promoção da burguesia, eis outras conexões de um tecido social complexo em cuja trama se podem procurar fios que conduzem à matéria sobre que nos debruçamos. Mas é nos condicionalismos económicos (tão ligados à ascensão burguesa) e na remodelação administrativa (tão importante para a consolidação do Estado Absoluto) que encontramos as primordiais razões para a criação de uma escola destinada a preparar negociantes instruídos, guarda-livros eficazes, funcionários competentes.

Na época pombalina distingue Borges de Macedo⁽²⁷⁾ dois períodos, um de alta comercial, e outro, posterior, de crise, situando-se a fronteira entre ambos, aproximadamente, em 1761. O primeiro dos períodos referidos é sensivelmente coincidente com a primeira das «quatro grandes fases» que podem considerar-se na

«governança pombalina na metrópole», a que «diz respeito principalmente a problemas estaduais e de organização comercial»⁽²⁸⁾.

É neste período de euforia comercial que se verifica a criação do organismo que será executiva da política pombalina e coordenador das actividades económicas do País, a Junta do Comércio. O funcionamento desta «trouxe ao de cima a falta de ordem que havia na escrituração de muitas casas e que causavam a ruína dos seus proprietários. Era geral a ignorância das regras de contabilidade, no que respeita a pesos, medidas e preços, revestindo o problema aspectos mais graves quanto à exacta fixação dos câmbios. Desprovidos de instrução comercial, os nossos homens de negócios não podiam oferecer aos filhos os meios práticos de uma actividade lucrativa, pois raros praticavam a escrituração por partidas dobradas, muitos deles havendo que nem sequer sabiam ler e escrever. Em situação de privilégio estavam os filhos dos mercadores estrangeiros, que tinham estagiado na Inglaterra, na França e na Holanda, e faziam do comércio uma crescente fonte de riqueza e de valorização internacional»⁽²⁹⁾.

Exigia esta situação remédio urgente. Por outro lado, aumentava a carência de funcionários devidamente preparados para os serviços remodelados e criados ou cujas remodelação ou criação se planeavam. E não menos importante foi o que pode considerar-se, dentro dos moldes do já serôdido mercantilismo de que Pombal era adepto, o que melhor define «o seu pensamento económico: (...) a criação, entre 1753 e 1759, de toda uma série de grandes monopólios com capitais portugueses»⁽³⁰⁾. Foi «em 1759, quase completo o seu quadro de companhias privilegiadas» que «Carvalho empreendeu a tarefa de apetrechar devidamente os homens necessários ao seu perfeito funcionamento (...) Para isso criou um instituto de ensino, a Aula de Comércio (...)»⁽³¹⁾.

(1) «A escola (...) é uma instituição solidária com o conjunto das instituições sociais e, na sua evolução, não só sob o aspecto morfológico, senão também do ponto de vista das relações de subordinação a outras instituições (domésticas, políticas, religiosas) segue, em cada época, as

linhas da evolução social geral de cada povo e as tendências e os caracteres de determinada civilização» (Fernando de Azevedo, in «Sociologia Educacional», S. Paulo, 5.ª ed., pág. 137).

(⁵) «A história do ensino de um país, e em particular quando acompanha as alterações nele verificadas a partir do «iluminismo», tem um interesse que nem sempre lhe é reconhecido. E, segundo cremos, bastaria a clareza com que nos pode instruir sobre as razões que em parte explicam como um povo se deixou atrasar ou se pôde manter na frente desta célere marcha de todos os dias para a conquista do futuro, para ser menos desprezado do que em geral tem sido pelos historiadores. Por outro lado, através da história do ensino, pela análise das leis e das reformas que se encadearam, podemos em muitos casos surpreender a explicação correcta de certos factos que antes nos pareciam de significado obscuro ou impreciso; na realidade, as leis escolares quase sempre acusam, como fiel de balança sensível, os verdadeiros desígnios dos legisladores e dos governos» (Luís Albuquerque, in «Notas para a História do Ensino em Portugal», Coimbra, 1960, pp. 7 e 8).

(⁶) Graça Almeida Rodrigues («Um inquérito novo às velhas Universidades», in «História», n.º 16, Fevereiro de 1980) caracteriza esta nova perspectiva, destacando o papel precursor de Lawrence Stone na «ruptura com o método tradicional de estudar as universidades», ruptura que, evidentemente, pode ser praticada na abordagem de quaisquer outras instituições escolares.

(⁷) Jean Gimpel, «A Revolução Industrial da Idade Média», Lisboa, 1976, pág. 59. A tradição do ensino das matérias comerciais não se terá perdido em Inglaterra. Em 9/4/1850 o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou uma circular aos agentes consulares solicitando resposta a diversos quesitos, o 16.º e último dos quais respeitava a «Notícias das aulas ou estabelecimentos para habilitação dos que se destinam ao commercio, e remessa dos respectivos estatutos». Quase todos se pronunciaram negativamente mas o vice-cônsul em Dundee afirmava a existência de «escolas de instrução para o estudo do commercio e linguas» e o de Guernesey informava: «Ha em Guernesey um excellent collegio, fundado pela rainha Isabel, para educação classica commercial. — Foi reformado, haverá vinte annos, e tem feito progressos (...)» (in «Collecção das informações estatistico-commerciaes dos agentes consulares de Portugal nos diversos portos do Mundo», Lisboa, 1851).

(⁸) Louis Gottschalk, Loren C. McKinney e Earl H. Pritchard, «Histoire de l'Humanité», Paris, 1968, T. II do Vol. IV, pp. 1034 e 1035.

(⁹) Vitorino Magalhães Godinho, «Os Descobrimentos: inovação e mudança nos séculos xv e xvi», in «Revista de História Económica e Social», n.º 2 (Julho-Dezembro 1978), pág. 12.

(¹⁰) Joaquim Veríssimo Serrão, «A Universidade Técnica de Lisboa», vol. I — «Primórdios da sua História», Lisboa, 1980, pp. 32 e 33.

(¹¹) O documento foi mencionado por Maria Emília Madeira Santos em trabalho que, sob o título de «Afonso de Albuquerque e os feitores», apresentou no II Seminário de História Indo-Portu-

guesa. As passagens de cartas de Albuquerque citadas no texto foram colhidas também no mesmo valioso trabalho.

(¹²) A. N. Ribeiro Sanches, «Cartas sobre a Educação da Mocidade» (edição preparada por Joaquim Ferreira), pág. 116.

(¹³) Antoine Léon, «Histoire de l'Enseignement en France», Paris, 1967, pág. 31.

(¹⁴) «História da Educação», Lisboa, 1979, pág. 91.

(¹⁵) Cit. por Caetano Maria Beirão da Veiga, «O valor da educação técnica no exercício da profissão comercial», Lisboa, 1929, pág. 9.

(¹⁶) Gottschalk, McKinney e Pritchard, ob. cit., pág. 1061.

(¹⁷) A. Léon, ob. cit., pág. 47.

(¹⁸) Cfr. Armando Marques Guedes, «O Ensino Técnico Superior e a Universidade» (cit. por António Farinha Portela, «Evolução da instrução económica nacional», trabalho publicado em edição policopiada, no ano lectivo de 1965-66, pelo Gabinete de Estudos da Associação Académica do I.S.C.E.F.).

(¹⁹) Joseph Garnier, artigo «Enseignement Commercial» no T. I do «Dictionnaire Universel Théorique et Pratique du Commerce et de la Navigation», Paris, 1859. Não obstante a discrepância cronológica, a escola aritmética mencionada é, talvez, a mesma a que se refere A. Léon na passagem seguinte: «Une pédagogie active, comme la pratique simulée, est également utilisée à l'École spéciale (supérieure) de Commerce de Paris, fondée en 1818 par des négociants» (ob. cit., pág. 84). Eugène Léauté (em «L'enseignement commercial et les écoles de commerce, en France et dans le monde entier», cit. por António Farinha Portela, ob. cit.), apresenta ainda uma terceira data (1820) para a criação da Escola Superior de Comércio de Paris e indica a criação de várias escolas de Comércio, a mais antiga das quais, a Escola de Comércio de S. Petersburgo, inaugurada em 1772, é, portanto, posterior à de Lisboa e anterior à de Lubeck, dada por Garnier como a primeira.

(²⁰) Para esta prioridade sugere o Prof. Cláudio de Moura Castro (in «Modernização e Ensino Técnico: A Aula do Commercio na Era Pombalina», texto introdutório a Marcos Carneiro de Mendonça, «Aula do Commercio», Rio de Janeiro, 1982) uma explicação plausível: a ausência de um enraizado ensino prático das matérias de Comércio seria precisamente o que possibilitaria uma solução mais perfeita, a sua formalização em instituição escolar («frequentemente acontece a países retardatários inovar, como resultado da ausência de soluções anteriores que poderiam bloquear inovações mais radicais»).

(²¹) Alberto Jacquérin de Sales.

(²²) Artigo «Aula do Commercio» no seu Dicionário de Comércio (que é tradução e adaptação do de Savary des Bruslons). Deste trabalho, que ficou manuscrito, existe um exemplar no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

(²³) António Coimbra Martins, art.º «Luzes» no «Dicionário de História de Portugal», vol. II, pág. 839, 1.ª col.

(²⁴) Émile Hazan, «Condensés des écrivains pédagogiques», Paris, 1956, pp. 129/134.

(²⁵) Charles Morazé e R. Taton, in T. II («La Science Moderne») de «Histoire Générale des Sciences», pp. 430 e 433, respectivamente.

(²⁶) «Oração para a abertura do 5.º Curso (...) pronunciada em 21 de Agosto de 1776 (...)» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, n.º 4229).

(²⁷) Jorge Borges de Macedo, art.º «Pombal (Marquês de)» no «Dicionário de História de Portugal», vol. III, pág. 421, 2.ª col. Este interesse também se manifestava no domínio específico da instrução em matérias de Comércio. Cita-se, como exemplo, o caso de Fr. André da Conceição, converso da Congregação de Santa Cruz no mosteiro de S. Vicente, que recebeu o hábito em 1746. Dele diz Barbosa Machado: «He muito perito nas Artes de Aritmetica, e Orthographia ás quaes se applicou desde os primeiros annos. Não tem menor instrução do valor das moedas antigas, e modernas. Da sua applicação são frutos as seguintes obras:

Tratado de tudo o que pertence ás moedas, pezos, e medidas, fol. M.S.

Dicionário dos termos mais necessarios ao commercio, ou instrução de todos, que quizerem aprender o negocio, fol. M.S. Traduzido do Castelhana do Padre Tosca em Portuguez

Tratado da Aritmetica inferior, e superior. Tratado de Algebra; da Architectura; da Perspectiva; da Hidrostatica (...)

O trabalho traduzido deve ser o «Compendio mathematico (...)» do oratoriano Tomás Vicente Tosca.

Foi o Senhor Dr. Eduardo Gonçalves Rodrigues que me chamou a atenção para este recurso.

(²⁸) Newton de Macedo, «A renovação das ideias e das instituições de cultura», in «História de Portugal», Portucalense Editora, vol. VI, pág. 434.

(²⁹) Aspecto muito ponderável da inovação pombalina nos domínios da educação e indissociável da sua fobia antiescolástica é a influência da («...) pedagogia de Port-Royal, pedagogia do concreto e do imediato, que a reforma pombalina enfatiza em várias frentes». Esta influência foi com muita acuidade analisada por Maria Leonor Carvalho Buescu («Uma nova retórica para um novo discurso», no vol. I de «Pombal revisitado»), A criação de uma escola de Comércio não deixaria de estar em consonância com esta «pedagogia do concreto e do imediato».

(³⁰) in «A situação económica no tempo de Pombal», Porto, 1951, pp. 39, 40, 61, 159.

(³¹) Jorge Borges de Macedo, art.º «Pombal (Marquês de)» no «Dicionário de História de Portugal», vol. III, pág. 419, 1.ª col.

(³²) Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit., pág. 62.

(³³) José-Augusto França, «Lisboa Pombalina», Lisboa, 1965, pág. 159.

(³⁴) Damião Peres, in «História de Portugal» Portucalense Editora, Vol. VI, pág. 412.

CAPITULO XVI.

Dos Mestres da Aula do commercio, e seus exercicios.

Porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas, e de pezos, intelligencia de cambios, e das mais partes, que constituem hum perfeito Negoceante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reynos, se deve estabelecer por esta Junta, huma Aula, em que, pelo rendimento das sobreditas contribuiçoens, se faça presidir hum, ou dous Mestres, dos mais peritos, que se conhecerem, determinandolhes ordenados competentes, e as obrigaçoens, que são proprias de tão importante emprego.

Para que mais facilmente se possaõ aproveitar da sobredita lição as pessoas destituidas de meynos para a sua subsistencia, se fará aceitação de vinte Assistentes, filhos de Homens de Negocio, havendo-os, aos quaes se contribua com o emolumento, que se julgar bastante para animar os que tiverem meynos, e sustentar os que delles carecerem para a sua subsistencia; e para a boa administração da referida Aula se formarão particulares Estatutos, que se farão publicos.

CAPITULO XVII.

Das obrigaçoens da Junta.

O Provedor, e Deputados desta Junta devem ter sempre a mais viva lembrança do objecto, para que Sua Magestade foy servido crear, com a incomparavel honra da sua Nomeação, os lugares, que estão occupando, e empregar-se com toda a diligencia, e cuidado no Bem-commum do commercio, não só procurando, que se conservem as graças, e merces, com que o mesmo Senhor, tem já favorecido o trato mercantil destes Reynos,

nos,

LISBOA DE OUTRORA

A RIBEIRA DE ALCÂNTARA

DE BENFICA A CAMPOLIDE

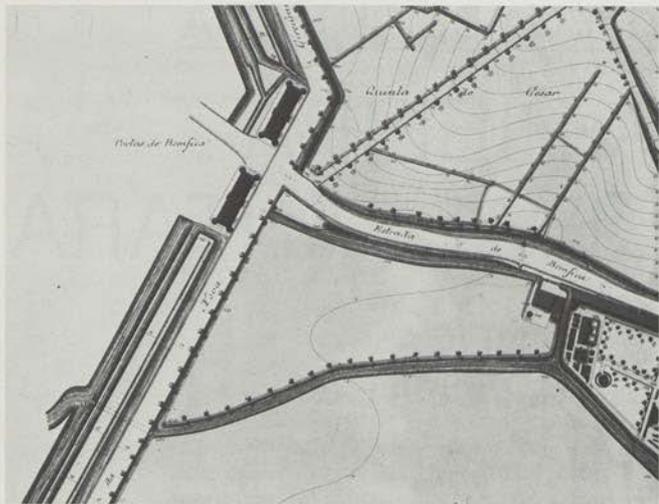
A ribeira de Alcântara é actualmente um curso de água quase inteiramente desconhecido. Muito embora percorra, numa considerável extensão, a cidade de Lisboa, estando canalizada, corre de baixo de ruas e de casas, oculta da vista de todos. Daí o desconhecimento que sobre ela pesa.

Todavia, e em tempos ainda não muito distantes, era uma ribeira como tantas outras e a ela se refere, por exemplo, a *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, publicada em 1874, por entre os afluentes do Tejo, nos seguintes termos: «... Nasce na F[reguesia] de Benfica, uma légua a SE de Belas: corre por uma légua a O.S.O., depois volta ao S. e segue em pequenas curvas até próximo à parte mais ocidental da linha de circunvolução de Lisboa: continua mais directamente para o S.: passa sobre a ponte Nova, a E. da serra de Monsanto, depois sob a bela ponte de Alcântara, e logo entra no Tejo com o curso de duas léguas» (!).

Hoje, canalizada, oculta dos olhares dos lisboetas e de quantos cruzam a cidade, é, como se disse, praticamente desconhecida. Mas outrora a ribeira de Alcântara não era apenas visível, era um curso de água, com aspectos pitorescos, enquadrada em paisagens bucólicas.

Do seu percurso em Benfica, em Campolide, no vale de Alcântara ficaram, felizmente, imagens documentando o seu pitoresco, revelando aspectos inteiramente desaparecidos. Mostrar como era a ribeira de Alcântara em Benfica, em Campolide e ao passar por debaixo do Aqueduto das Águas Livres, é o objectivo que se tem em vista.

(!) *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, por João Maria Baptista coadjuvado por seu filho João Justino Baptista de Oliveira, Lisboa, 1874, vol. I, pág. 115.



Ao sul das Portas de Benfica entrava em Lisboa a ribeira de Alcântara, seguindo de perto e quase paralelamente a estrada de Benfica. Algumas quintas ficavam mesmo junto da ribeira, como a representada à direita. Pormenor de uma das cartas do Levantamento Topográfico da Cidade, de 1906-1911. Este levantamento foi efectuado por J.A.V. da Silva Pinto e A. de Sá Correia.

A ribeira de Alcântara apresentava em Benfica o aspecto bucólico que esta gravura, inserta no «Arquivo Pitoresco», em 1863, bem evidencia.

À esquerda, a igreja paroquial de Nossa Senhora do Amparo.

Ao fundo, uma quinta, rodeada de altos muros, por detrás dos quais se vêem casas de habitação.

À direita, entre o arvoredo, a ponte sobre a ribeira, fronteira à igreja.

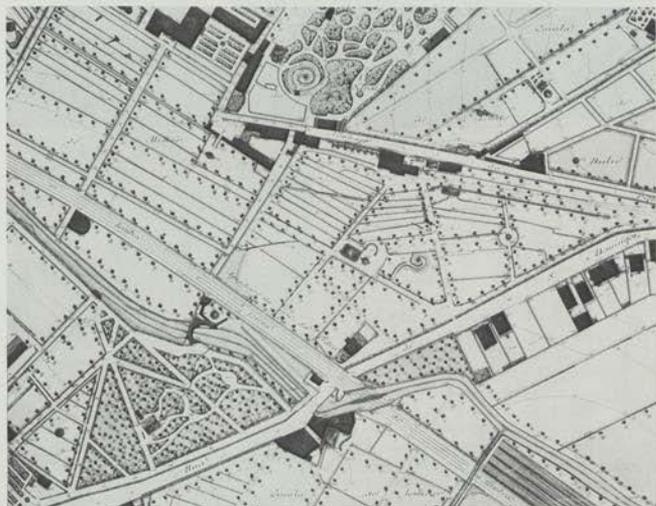
No primeiro plano, uma típica lavadeira.



A planta mostra a ribeira de Alcântara em Benfica. Uma pequena alameda ligava a ponte representada na gravura da página 34 com a estrada de Benfica, que a ribeira acompanha com certo paralelismo. Junto da ribeira, entre outras, as quintas da Casquilha e da Feiteira. (Pormenor de uma das cartas do Levantamento Topográfico da Cidade, de 1911.)



A Rua de S. Domingos de Benfica cruzava, por meio de uma ponte, a ribeira de Alcântara. A ribeira continua a aparecer ladeada de quintas, como as do Lameiro e do Milhões. Vilhena Barbosa, em 1863, diz que a ribeira de Alcântara, a qual denomina de rio, «fertiliza e corta todo o vale de Benfica». (Pormenor de uma das cartas do Levantamento Topográfico da Cidade, de 1911.)





A ribeira de Alcântara, em Campolide, não se apresentava com feição menos bucólica do que em Benfica.



A ribeira de Alcântara em Campolide. Assinala-se o aqueduto das Águas Livres e, a oriente deste, a Quinta da Rabicha. (Pormenor da Carta Topográfica de Lisboa e seus subúrbios, levantada no ano de 1807 por Duarte José Fava, reduzida e desenhada em 1826 na Casa do Risco das Obras Públicas, sendo intendente o capitão engenheiro José Bento de Sousa Fava e litografado pelos praticantes da Casa do Risco, em 1831.) Junto da Quinta da Rabicha, a ponte representada em várias das restantes ilustrações.



A ribeira de Alcântara circundava parcialmente a estação de caminho-de-ferro de Campolide. Junto da estação ficava a Quinta da Rabicha, a qual está assinalada na Carta Topográfica levantada em 1807 por Duarte José Fava. A Quinta da Rabicha estendia-se ao longo da ribeira de Alcântara e por ambas as margens. (Pormenor de uma das plantas do Levantamento Topográfico da Cidade, 1911.)



A beleza do vale de Alcântara, percorrido pela ribeira, tendo por pano de fundo a arcaria do aqueduto das Águas Livres, despertou a atenção de vários artistas. O sueco Carl Israel Ruders, que esteve em Lisboa de 1798 a 1802, referiu-se ao vale de Alcântara dizendo:

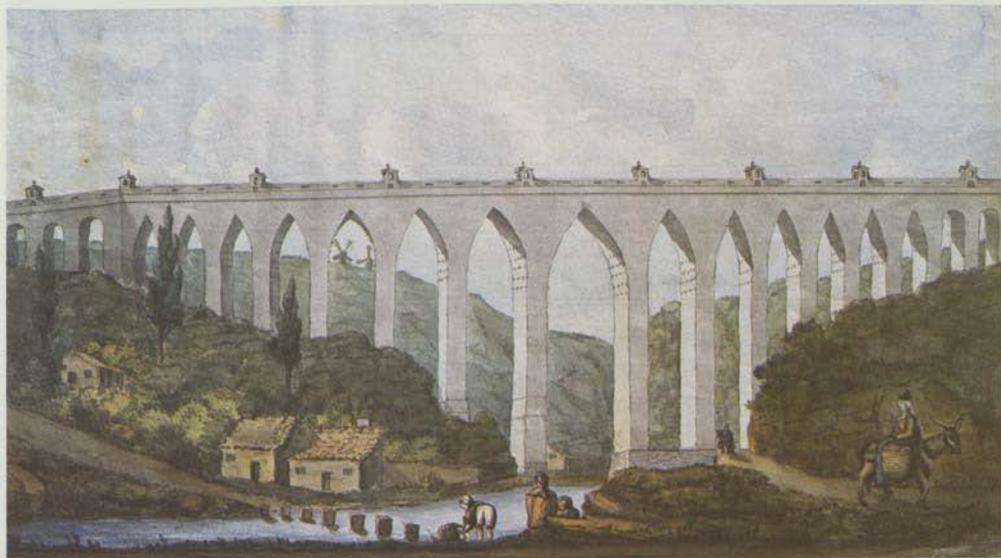
«Por entre as verduras agrárias serpenteia um pequenino regato, cujas margens estão sempre cheias de gente».

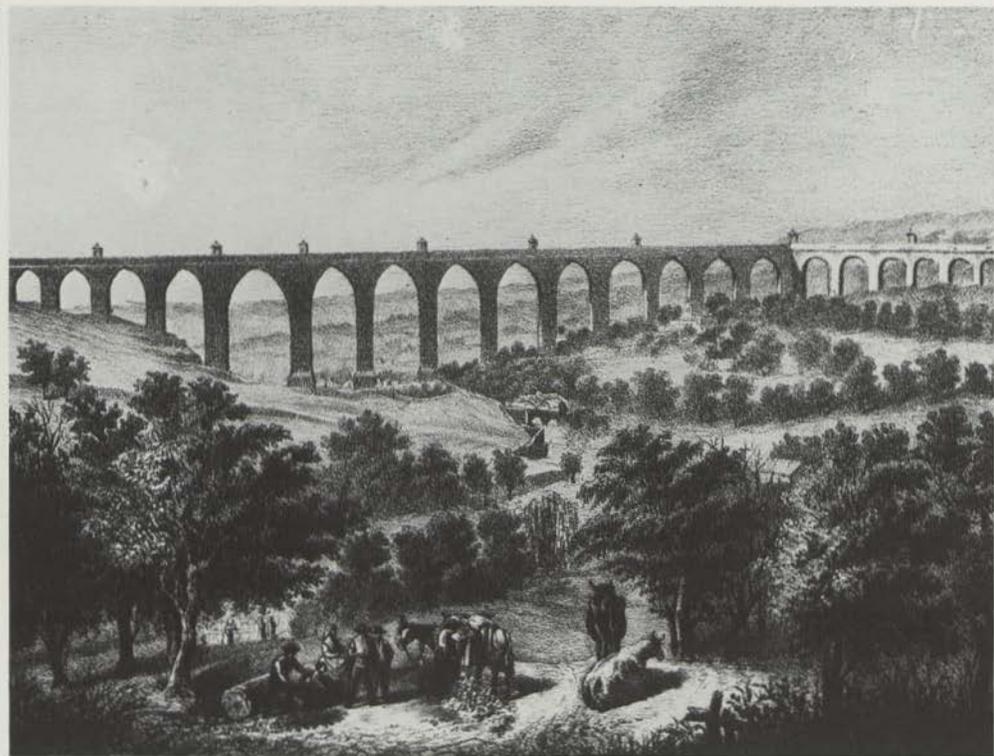
E, em nota, acrescentou:

«é nele que as lavadeiras de Lisboa fazem suas lexívias. Os habitantes de Lisboa mandam lavar a roupa ao campo».

Nas ilustrações das páginas 39 e 41 aparecem essas lavadeiras.

Na página 38, em baixo, aparece uma quinta, a qual se encontra igualmente nas ilustrações das páginas seguintes

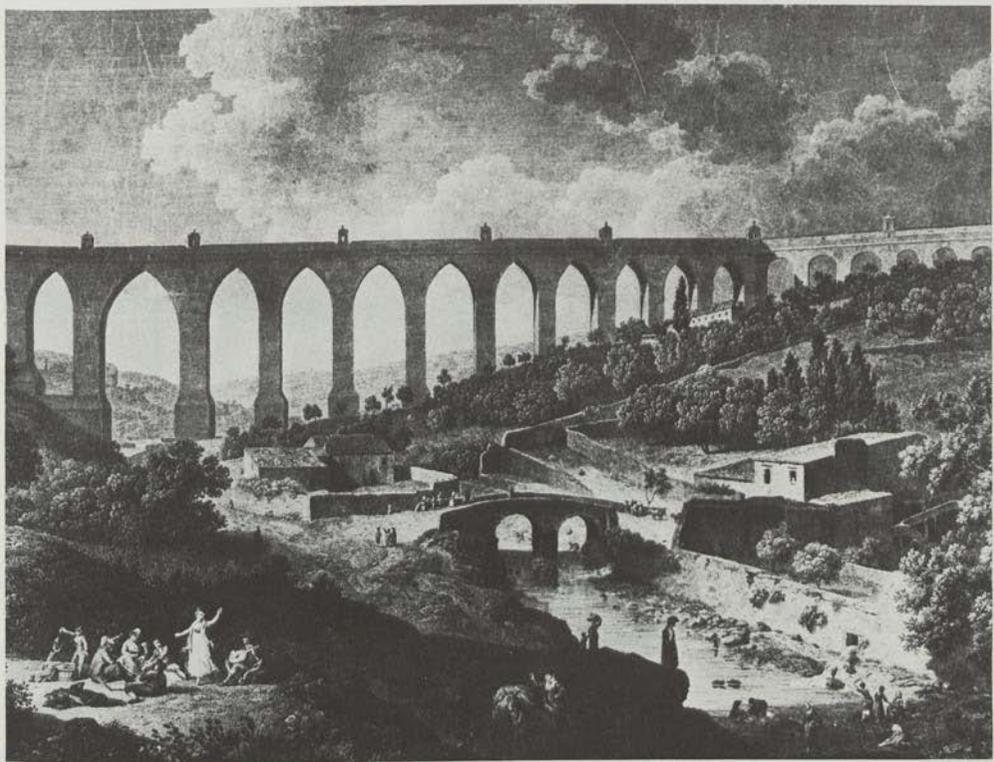


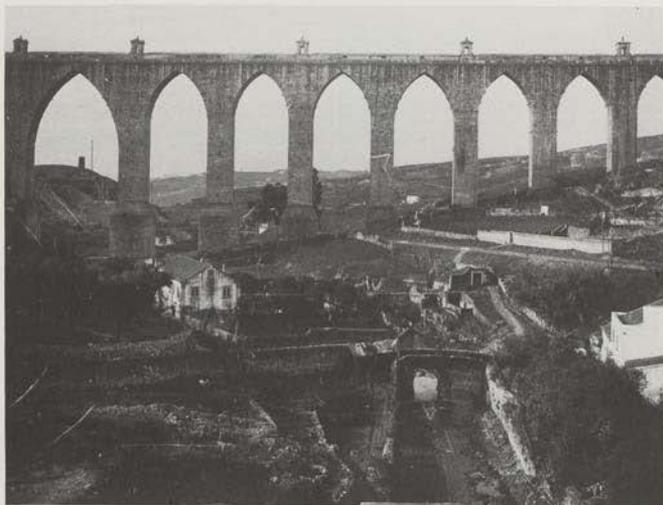


A ribeira e o vale de Alcântara
a norte do aqveduto das Águas Livres.
A zona aparece bastante arborizada
e com um aspecto bucólico,
que o autor do trabalho acentuou pondo,
em primeiro plano e numa clareira,
um grupo de camponeses descansando,
com um cavalo junto
e, um pouco mais afastados, dois bois.

ESTACIÃO DO BOM SUCESSO PONTE

A ribeira de Alcântara passando por debaixo da ponte,
já reproduzida em ilustrações anteriores.
Ao fundo o aqueduto.
Entre a ponte e o aqueduto estende-se uma quinta,
com suas casas,
tudo com seu característico aspecto rural.
O grupo que se encontra à esquerda acentua esse aspecto,
pois representa um piquenique campestre,
com uma mulher dançando e um homem a tocar.





A fotografia mostra praticamente a mesma zona da ribeira e do vale de Alcântara representados na ilustração da página 41. O aspecto bucólico está a desaparecer, sendo, no entanto, ainda uma zona acentuadamente rural. Vê-se, com seus muros e casa de habitação, a quinta referida nas legendas de anteriores ilustrações.

A perspectiva da ribeira e do vale de Alcântara é idêntica à da foto de cima.

Grande é a modificação sofrida nessa zona, sendo já numerosas as casas de habitação.

O aspecto bucólico já mal se adivinha.

Onde se abria um verdadeiro caminho rural, encontra-se uma rua ladeada de prédios.

A quinta desapareceu e, no seu terreno, ergue-se um amontoado de casas.

Ao fundo, entre os arcos do aqueduto das Águas Livres, o viaduto Duarte Pacheco, e a ribeira de Alcântara, canalizada, desapareceria também.



A ESTAÇÃO SUL E SUESTE

UMA OBRA OLISIPONENSE À BEIRA DO TEJO

1 — COMO NASCEU A ESTAÇÃO SUL E SUESTE

Entre um património muito rico, realizado em Portugal, pelo Arquitecto José Ângelo Cottinelli Telmo, nos diversos campos artísticos e arquitectónicos, realçam-se aquelas obras que tiveram lugar, quando trabalhou na Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, de 1923 a 1948, sendo a mais significativa entre todas, a *Estação Sul e Sueste*, obra construída nos anos de 1931, em Lisboa, aberta ao público, no dia 2 de Junho de 1932 e servindo as ligações ferroviárias entre Lisboa e o Sul do País.

Trata-se, assim, de uma obra que serviu a capital portuguesa e, por conseguinte, *peça do património Olisiponense*.

A Estação Sul e Sueste, que está situada junto ao Terreiro do Paço, é um edifício que se pode enquadrar, estilisticamente, num quadro de arquitectura Modernista, tal como outra obra importante, primordial da arquitectura moderna, que é a Standard Eléctrica, situada em Lisboa, na Avenida da Índia, próximo da Estação fluvial de Belém.

Muito antes de 1931, já se reconhecia a necessidade de substituir o velho baracão do Terreiro do Paço (expressão consagrada), por uma construção nova, que acabasse de vez com aquele edifício de passageiros.

A exposição de Sevilha de 1928 e a

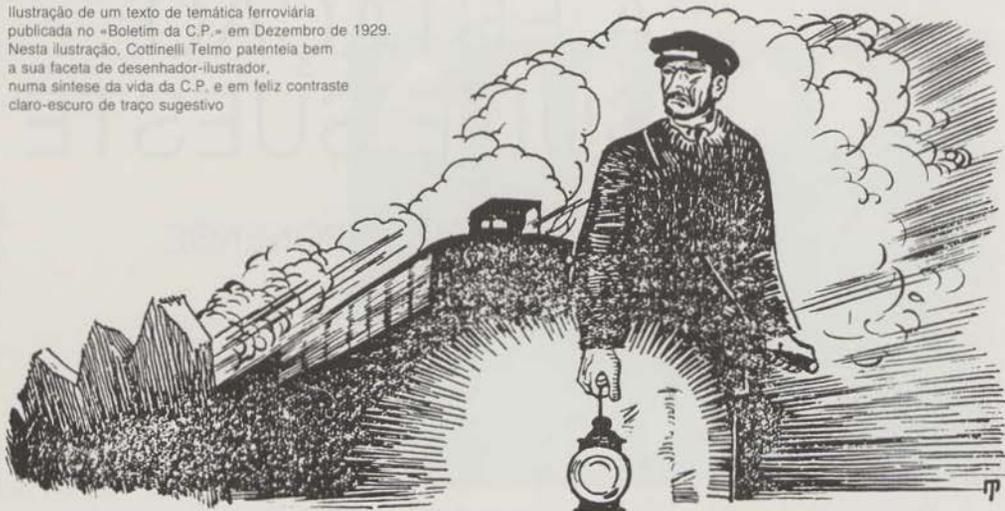
consequente perspectiva da passagem de milhares de visitantes por Lisboa, que se dirigiam ao Barreiro, veio tornar inadiável essa substituição.

Fixado o local para a implantação do novo edifício e estudada esquematicamente a sua planta, duas questões se levantaram: a conciliação do aspecto externo dessa construção com o ambiente arquitectónico da linda praça pombalina, que é o Terreiro do Paço — e a sua estrutura e dimensões em elevação, dadas as desfavoráveis condições do terreno.

Chegou-se à conclusão que o novo edifício de passageiros não devia — fosse qual fosse o seu estilo — atingir as proporções com que pudesse impor-se ou «marcar» junto duma praça, cujo efeito perspectivo é para respeitar, e estas considerações vinham, de mais a mais, ao encontro da necessidade de não se sobrecarregar exageradamente o terreno, questão esta que foi muito debatida pelos altos valores da Engenharia Portuguesa.

Apesar do projecto de Cottinelli Telmo ter respeitado essa norma — *esconder o edifício* — para não ferir esteticamente, a arquitectura pombalina, baixando acentuadamente a altura do imóvel, não deixou contudo de projectar uma obra espaçosa, ampla, com uma fachada bem delineada e, onde contrariamente, *acabou por se impor* e ajudou a marcar uma época.

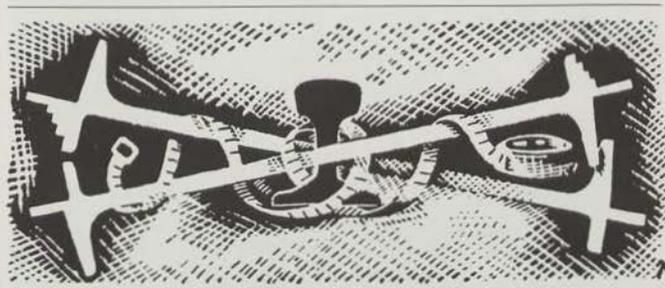
Ilustração de um texto de temática ferroviária publicada no «Boletim da C.P.» em Dezembro de 1929. Nesta ilustração, Cottinelli Telmo patenteia bem a sua faceta de desenhador-ilustrador, numa síntese da vida da C.P. e em feliz contraste claro-escuro de traço sugestivo



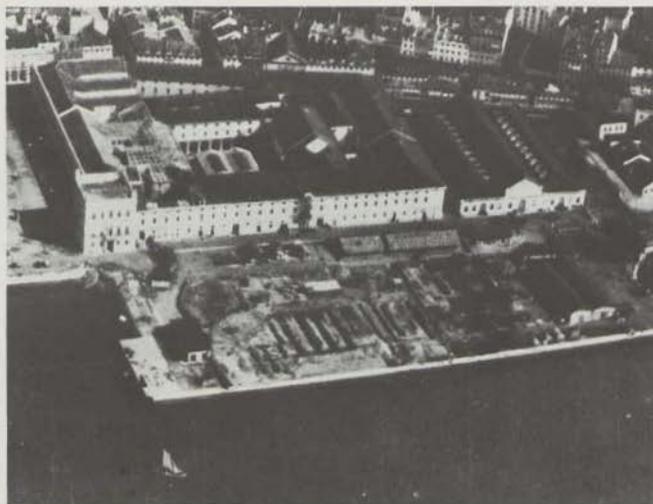
Desenho representando dois parafusos de carril com o número de anos de aniversário ao centro, envolvidos por uma coroa de louros. Composição feliz de desenho esquemático constituindo uma vinheta comemorativa do 45.º aniversário, feita pelo arquitecto Cottinelli Telmo e publicada no «Boletim da C.P.» Outubro de 1933



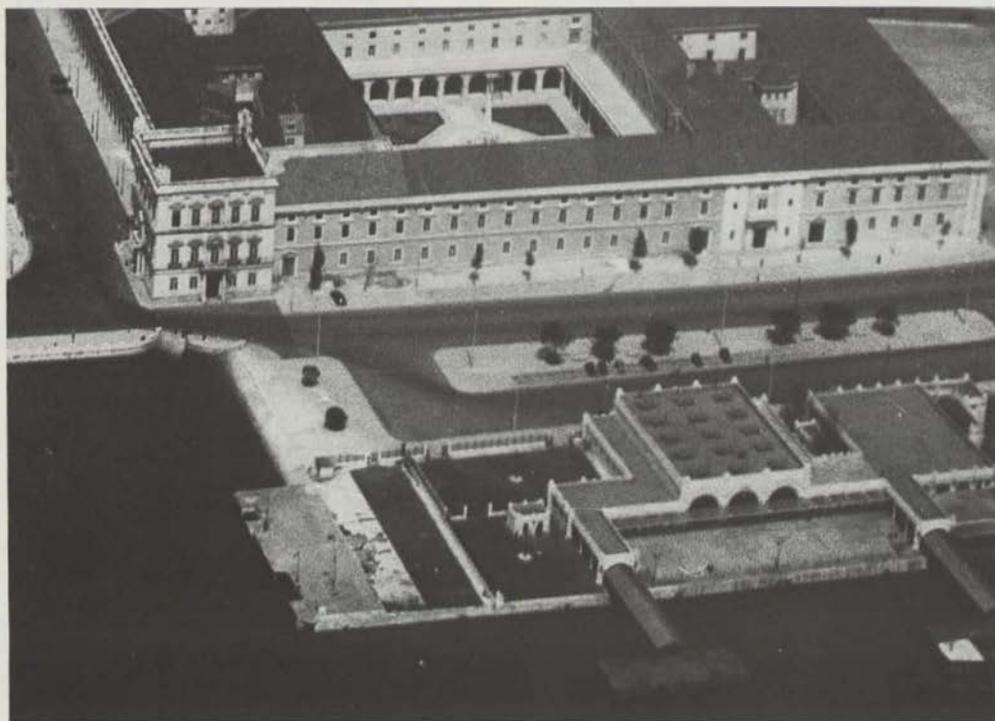
Desenho representando uma fita métrica, dois medidores de calibre de carril e um carril. Composição que consegue simbolizar os principais elementos da segurança da via. Vinheta extremamente bem conseguida, pelo arquitecto Cottinelli Telmo e que foi publicada no «Boletim da C.P.» Janeiro de 1935



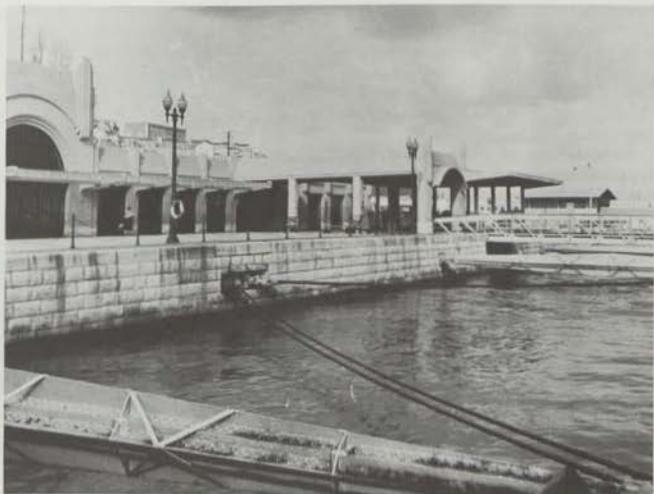
Vista aérea do terreno onde foi construída a Estação Sul e Sueste, observando-se a existência dum velho barracão no local e a falta de urbanização nesta zona do Terreiro do Paço



Vista aérea do local onde está instalada a Estação Sul e Sueste no Terreiro do Paço, em Lisboa, com os seus embarcadouros flutuantes. Observa-se a linearidade do conjunto do edifício que consegue não ofender a arquitectura pombalina evitando o choque de estilos. Consegue assim este edifício projectado por Cottinelli Telmo uma certa continuidade estética no local



Vista da Estação Sul e Sueste do lado do rio onde se observa parte do embarcadouro flutuante e suas amarras, local por onde embarcam os passageiros que se destinam a viajar pela via Sul e Sueste. Sistema em projecto criado pelo arquitecto Cottinelli Telmo e os engenheiros da C.P.



Perspectiva do edifício da Estação Sul e Sueste no Terreiro do Paço, em Lisboa, na qual estão bem realçadas as oito torres de vidro, que hoje não existem, e que constituíam elemento importante na linguagem modernista da arquitectura modernista em Portugal. Obra realizada pelo arquitecto Cottinelli Telmo, em 1931. Tais elementos decorativos e úteis, simultaneamente criavam no edifício um efeito contínuo de luminosidade durante a noite



Quanto ainda ao estilo ou feição arquitectónica da nova estação, mais se estabeleceu que, em vez de se lhe dar um aspecto análogo ao das construções do Terreiro do Paço, mais lógico seria marcar um franco contraste, já para acentuar «époocas».

Nesta ordem de ideias, estudou-se um primeiro projecto, que não foi aceite, tendo sido depois elaborados outros, até chegar àquele que foi executado e do qual a construção existente não difere senão em pormenores de mínima importância.

2 – CONSTRUÇÃO E ESTILO DA OBRA

O edifício compõe-se de uma maneira esquemática dum corpo principal ocupado pelo vestíbulo, para onde dão as bilheteiras, salas de espera, delegação militar, escritório para agentes superiores e gabinetes telefónicos; de duas alas ligadas a este corpo com as divisões: correio, fiscal do Governo, inspector, trens, revisão, escritório de contabilidade, chefe e telegrafo; de outro corpo, contendo os serviços de bagagens chegadas e salas para subchefe, guarda de volumes de mão («consigne»), escritório, arrecadação e dormitórios.

São estes corpos ligados por duas passagens de acesso ao cais para peões e veículos. O novo edifício, que ocupa uma grande área, é, na sua maior parte, baixo, atarracado, no que obedece aos princípios anteriormente estabelecidos, favorecendo, por contraste, o corpo do vestíbulo, que é vasto e tem um magnífico pé direito.

Esta obra constituiu, enfim, um grande melhoramento, não só para a cidade de Lisboa, mas também para a perfeita execução dos serviços da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses.

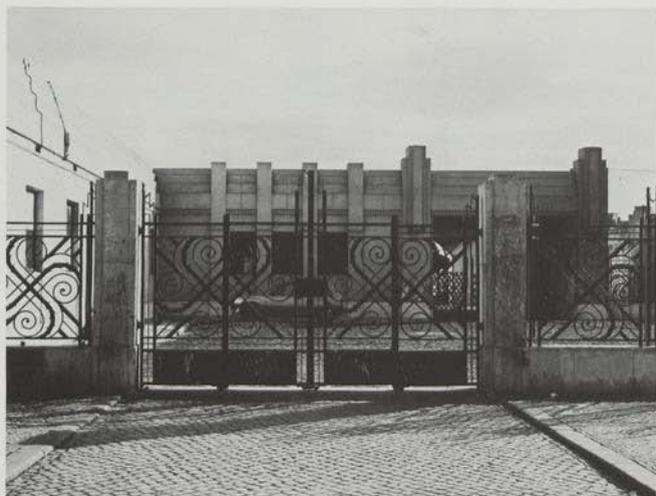
No vestíbulo de entrada encontram-se, no seu interior, dez painéis de azulejos, cinco de cada lado. Os azulejos representam a conquista das cidades aos Mouros feitas pelos reis de Portugal, seus brasões municipais, na ordem seguinte, à direita de quem entra: /FARO/, /LAGOS/, /TAVIRA/, /SILVES/, /PORTIMÃO/; à esquerda: /SETÚBAL/, /ÉVORA/, /BEJA/, /ESTREMOZ/, /PORTALEGRE/.

Já houve alterações na Estação Sul e Sueste, na parte do exterior: no portão havia uma série de colunas (torres de vidro) alinhadas. Essas colunas assemelhavam-se com as da entrada do Teatro



Aspecto da fachada da Estação Sul e Sueste, no Terreiro do Paço, em Lisboa, onde está bem patente a sobriedade e solidez dum edifício modernista, composta por três arcos de volta inteira, geometrização muito marcada, construída em betão, aspectos notórios dum edifício modernista, projectado pelo arquitecto Cottinelli Telmo, em 1931

Portal lateral da Estação Sul e Sueste, construída em ferro, revelando a beleza dos desenhos que pela sua repetição criam movimentos a maneira da arquitectura decorativa de interiores em Mackintosh e Horta. Desenhos de Cottinelli Telmo – 1931



Capitório, no Parque Mayer, elemento este que ajudava a dar uma nova linguagem estética a uma leitura daquela praça, em termos modernistas.

A noite, as torres de vidro criavam um efeito contínuo de luminosidade.

Conforme o projecto, a obra que foi elaborada na Divisão de Via e Obras, compõe-se de dois corpos principais, o mais importante destinado ao serviço de passageiros e expedição de bagagens e, o outro, situado do lado oriental daquele, destinado ao serviço de bagagens chegadas. Por um e outro lado, são distribuídas as instalações para os diversos serviços; ficariam separados, conforme o projecto de Cottinelli Telmo, tanto quanto possível, os serviços da 1.ª e 2.ª classes, do da 3.ª, sendo para tal fim, dividido o amplo vestíbulo de entrada, em duas partes, uma para a 1.ª e 2.ª classes, com as respectivas bilheteiras, e a outra para a 3.ª classe, também com as suas bilheteiras próprias, portas de acesso e salas de espera separadas.

Exteriormente e do lado ocidental do corpo principal, ficou um amplo pátio vedado, destinado ao estacionamento de veículos, para transporte dos passageiros que saíam da estação.

O embarque dos passageiros passou a ser feito, nesta estação, por meio de embarcadouros flutuantes, constituídos por batelões, cujo pavimento se mantém sempre de nível com o convés dos barcos. O acesso aos barcos efectua-se com facilidade, por meio de largas pranchas lançadas entre eles e o batelão.

Os embarcadouros ficam afastados da muralha, para que os barcos que têm de atracar encontrem sempre a suficiente profundidade, sendo o trânsito feito por pontes metálicas, que os ligam à muralha.

O trajecto a seguir pelos passageiros é coberto em toda a sua extensão, ficando no prolongamento das pontes de embarque.

O novo edifício, de aspecto moderno em que é banida toda a decoração inútil, foi construído com um único pavimento, recorrendo-se, largamente na sua construção, ao emprego do cimento armado, não só pela facilidade que este material oferecia como pela maior rapidez de execução dos trabalhos. Todo o interior do edifício e, em especial, o vestíbulo de entrada, são iluminadas por grandes janelas e portas envidraçadas.

Numa perspectiva de evolução estilística sobre esta obra lisiponense, realizada por Cottinelli Telmo, ela poderá afir-

mar-se como obra modernista, pois numa observação mais técnica, dentro desta perspectiva, vamos encontrar na Estação Sul e Sueste características de estilo muito peculiar para a época em que foi realizada.

Parece que devemos ter em atenção numa obra que se nos apresenta ao estudo e à análise, a existência ou não, de aspectos e situações novas. Na Estação Sul e Sueste existem alguns novos aspectos que irei referir dentro de características peculiares.

Convém entretanto evidenciar alguns aspectos consagrados sobre Modernismo que nos impedem de com toda a clareza defini-la como uma obra modernista.

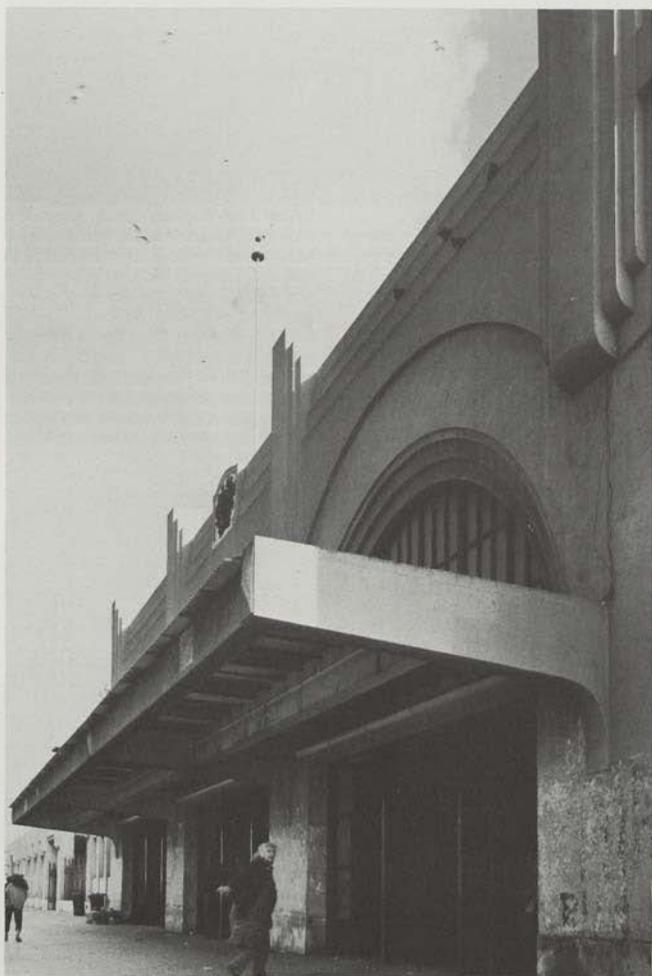
Como havemos de classificar esta obra correctamente?

Não posso deixar de referir a contravérsia existente entre opiniões críticas acerca de como se deve observar uma obra modernista: na óptica do Professor Doutor José-Augusto França, segundo o arquitecto José Manuel Fernandes, o Modernismo está em termos europeus ligado à época de 1900; às experiências dos precursores do movimento moderno, de Gandi a Horta, de Wagner e Mackintosh, que tem a sua época de maior produção entre 1890 e 1914. O arquitecto José Manuel Fernandes (1), observa o Modernismo dentro de um aspecto técnico-estilístico que conduz a uma análise menos vaga da situação. Assim, o termo

Pormenor do gradeamento do exterior da parte lateral do edifício da Estação Sul e Sueste, onde são evidenciados os elementos de ferro trabalhado que exprimem motivos geométricos e florais, que fazem parte da gramática decorativa utilizada no modernismo em Portugal.
Desenhos de Cottinelli Telmo - 1931



Perspectiva lateral da fachada da Estação Sul e Sueste, evidenciando em estilo neo-românico um arco de volta inteira e, parte do bloco central do edifício, em betão, transmitindo globalmente uma certa monumentalidade e robustez. Projecto de Cottinelli Telmo. Fotografia actual



«Modernista» está, portanto, desfazado no tempo, se aplicado à arquitectura em Portugal, nos anos 20-30», conforme transparece da observação do Professor França, o qual tem uma análise menos técnico-estilística, porque ignora pormenores plásticos significativos, fundamentais para uma classificação mais rigorosa no estudo das obras portuguesas. Limita-se assim a uma abordagem mais genérica, por ter uma óptica histórico-sociológica e visando unicamente um contexto sociocultural ou sociopolítico. Desta forma, perde-se importantes características e especificidades notáveis da arquitectura portuguesa.

Concretizando a afirmação do arquitecto José Manuel Fernandes, dentro de uma evolução estilística do Modernismo, na Estação Sul e Sueste, realmente, vêem-se três sinais arquitectónicos proeminentes e diferentes: 1.º, o edifício permanece curiosamente associado a formas neo-românicas, nomeadamente, os três arcos de volta inteira na fachada da obra; 2.º, tem formas típicas da arte decorativa, que caracterizam a arquitectura modernista, tem coroaamento com pirâmides de alvenaria e vidro, as serralharias; 3.º, os caracteres estão muito geometrizados, perfeita característica «lettering» da Arte Decorativa. Ainda outro sinal desta proeminência é a utilização de tubos de «néon», que estavam postados no frontal do edifício (que infelizmente já não existem), que definem um certo mundo urbano de luxo e do nocturno, portanto a aplicação decorativa da electricidade, novidade para a época dos anos 20-30, moda referida e, portanto, simbolizando a mesma arte decorativa-modernista. Ainda é sintomática a utilização de elementos de ferro trabalhado nos gradeamentos, exprimindo motivos geométricos e florais. Este aspecto é consagrado na arquitectura decorativa de interiores em Mackintosh e Horta, dois arquitectos, designers e decoradores, pioneiros deste tipo de estilo, que baseados na beleza das formas da Mãe-Natura, a transpõem, simbolicamente, para desenhos em formas arquitectónicas.

Na Estação Sul e Sueste toma realce a fachada, que tende a representar a globalidade do edifício, fachada esta que ultrapassa o plano do telhado dando como resultado um efeito de monumentalidade. Da mesma forma, observam-se ainda neste imóvel outras características modernistas, como por exemplo, as conso-

Perspectiva lateral da Estação Sul e Sueste, Terreiro do Paço — Lisboa (do lado esquerdo) onde são bem assinalados os coroaamentos com pirâmide de alvenaria. Vêem-se também nesta perspectiva as consolas em betão que interceptam os arcos da fachada. Projecto do arquitecto Cottinelli Telmo. Fotografia actual



las em betão que interceptam simbolicamente os arcos, criando com isso certa contradição formal, típica das coordenadas eclectismo-modernismo, em que todo o projecto se definiu.

3 — CONSIDERAÇÕES

Em face do que anteriormente referi, concernente aos dois críticos — José Augusto França e José Manuel Fernandes — e, atendendo às suas considerações, estabelece-se grande dificuldade em dar resposta à pergunta: a Estação Sul e Sueste é ou não obra modernista?

Na minha opinião, e tendo em linha de conta a análise que fiz à obra, mesmo sem esquecer alguns aspectos proeminentes e certos dos dois críticos, melhor,

considerando-os até como válidos, não posso deixar de indicar a obra como modernista, pois existe nela conteúdo cultural e histórico, com certeza, mas o que mais convence em considerá-la modernista é o facto de nela existir elementos pertinentes que referi, antes, de ordem técnico-estilística.

Não posso deixar de mencionar que o termo Modernista é na maior parte das expressões entendido sob dois ângulos:

1.º — Modernismo no sentido genérico, não aplicado forçosamente à arquitectura, mas sim entendido como movimento inovador de formas plásticas, vanguardistas no sentido de ultrapassar a época em que tal obra foi efectuada. Neste caso, modernismo seria sempre sinónimo de renovação, de progresso e de uma nova linguagem, literária, poética e plástica.



Painel em azulejo, decorativo, no interior da Estação Sul e Sueste, relativo à cidade de Faro,

com escudo ao centro, composto por dois castelos, encimados por cabeças de rei cristão e rei mouro, separados pela imagem duma santa.

Na parte inferior do escudo, observa-se uma ondulação de água que indica uma cidade marítima



Painel em azulejo, decorativo, no interior da Estação Sul e Sueste, correspondente à cidade de Lagos, tendo ao centro, dentro dum escudo, um castelo com três torres. A parte superior das torres laterais é encimada por duas cabeças, de rei mouro e de rei cristão. Junto a estas torres, duas lanças de guerreiro. Na parte inferior do escudo, observa-se uma ondulação de água como que a dar a indicação duma cidade marítima.

Painel em azulejo, decorativo, no interior da Estação Sul e Sueste, referente à cidade de Tavira, tendo ao centro uma espécie de ponte com duas torres encimadas por duas cabeças, uma de rei mouro, outra de rei cristão e separadas pela cruz de Santiago.

Na parte inferior do escudo, um galeão navegando



Painel em azulejo, decorativo, no interior da Estação Sul e Sueste, referente à cidade de Évora, tendo ao centro, dentro dum escudo, um castelo e um cavaleiro cristão, tomando-o, e, deixando para trás, postado no chão, a cabeça dum mouro

Aspecto actual do interior da Estação Sul e Sueste no Terreiro do Paço, em Lisboa, apresentando um magnífico pé direito e a parte do vestíbulo de entrada que ilumina as bilheteiras, através de grandes janelas e portas envidraçadas

2.º – Modernismo no sentido rigoroso do termo arquitectónico (portanto, estilístico), onde o entendimento decorativo das formas assume um-papel preponderante. Assim, nesse entendimento, realçam-se as relações volumétricas através da simplificação e geometrização do elemento decorativo; a preferência por volumes em superfície; a evidência dos baixo-relevos; a dominância das linhas verticais; a simbiose entre funcional e uma estética (decorativa); um sabor expressionista no frontal exterior do edifício onde se distinguem frequente e marcadamente elementos geométricos; a utilização de trabalhos de gradeamento e, ainda, outros elementos pontuais, como néons, azulejos, etc.

Neste conformidade, a Estação Sul e Sueste, não tendo todos os elementos necessários para se poder classificar como obra autenticamente modernista no sentido rigoroso do termo, apresenta muitos elementos peculiares, que bastam para ser entendida dentro da gramática modernista.

A obra foi projectada pelo arquitecto Cottinelli Telmo, quando ele se encontrava numa fase de experiências arquitectónicas e, assim, introduziu a componente funcional em obra urbana de marcantes contornos artísticos.

É, assim, a Estação Sul e Sueste uma obra Olisiponense que deu uma coloração diferente à beira Tejo, impondo uma pincelada modernista numa paisagem pombalina.

(1) In Revista «Arquitectura», «Para o estudo da arquitectura Modernista em Portugal», «A Evolução Estilística», 1979.



CARLOS PEREIRA CALISTO

FORTE DE SÃO JOÃO DE DEUS



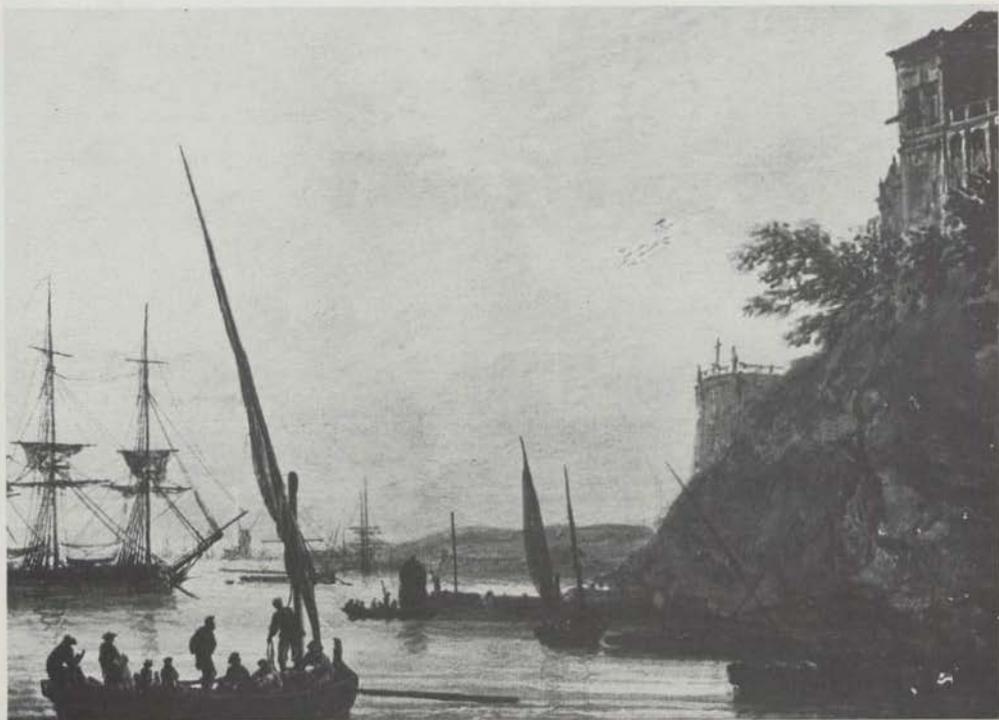
Reprodução fotográfica
de parte de uma pintura
de Alfredo Keil,
do ano de 1873,
mostrando, junto ao Tejo,
o local onde existira
o Forte de São João de Deus,
e, ao alto, o Convento
dos Frades Hospitalários

A Rocha do Conde de Óbidos nos fins do século XVIII (1789) vendo-se, em primeiro plano, o seu palácio hoje ocupado pela sede da Cruz Vermelha Portuguesa. Reprodução de uma pintura a «gouache» sobre papel da autoria de Noel, hoje existente no Museu da Fundação Ricardo Espírito Santo

Por carta de 1 de Novembro de 1649 (*) D. António Luis de Meneses, Conde de Cantanhede, dando conta do estado em que se encontravam os trabalhos de construção da primeira fase da linha defensiva de Belém à Praia do Guincho, propunha, superiormente, o seu prolongamento pela marinha de Lisboa — «Se Sua Majestade, que Deus guarde, é servido que de Belém para cá se façam algumas Baterias mais, (que tenho por couza mui necessário) mandando-me far-se-hão com a mesma facilidade que as outras» (*).

Porém, apesar da sua grande necessidade, dificuldades financeiras retardaram, consideravelmente, a construção dos vários pontos fortificados da Cidade de Lisboa frente às águas do Tejo.

Nos primeiros anos do século XVIII, Banteriormente, mesmo, a 1707, entre Belém e Xabregas, encontravam-se, em serviço, sete pontos fortificados; São Pedro, São João da Junqueira, Sacramento, São João de Deus, Terreiro do Paço, Santa Apolónia e São Francisco (*).



alguns com dezenas de anos de construídos.

O CONVENTO DEU O NOME AO FORTE

O vasto edifício, onde está instalada a Brigada de Trânsito da Guarda Nacional Republicana, que anteriormente, entre outros ocupantes albergara o Regimento de Infantaria n.º 2, na Calçada da Pampulha, sobranceiro ao Tejo e um pouco a Oeste da Rocha do Conde de Óbidos, era, outrora, um convento da Ordem de São João de Deus. «Instituído, no ano de 1629 por D. António Mascarenhas, Deão da Capela Real» (*) este mosteiro veio a ser a primeira casa religiosa dos Hospitalários em Portugal.

A base desta falésia rochosa, onde assentava o Convento, junto às águas do Tejo, foi o local escolhido para a instalação de um dos pontos fortificados para defesa da marinha de Lisboa, o Forte de São João de Deus, hoje completamente desaparecido, mas cuja localização se pode, perfeitamente, verificar num quadro que Alfredo Keil expôs, na Sociedade Promotora de Belas Artes, intitulado «A Rocha do Conde de Óbidos», reproduzido no ano de 1884 na Revista «O Ocidente».

Sem escadaria, sem a Avenida 24 de Julho, e muito menos a Gare Marítima, o quadro que o talentoso artista, tão primorosamente pintou, apesar de mais de um século ter passado sobre a paisagem vista por Alfredo Keil anos atrás, fácil se torna, ainda hoje, reconhecer o local.

A mais antiga referência, até agora encontrada, sobre a existência do Forte de São João de Deus, é do ano de 1660 e consta de uma carta do Conde de Cantanhede, datada de Lisboa a 20 de Outubro (**).

Designada como «Plataforma de São João de Deus», esta fortificação encontrava-se, então, em construção e com a artilharia ainda por montar por falta de carretas (**).

Entre os diversos governadores que desde a construção desta fortificação presidiram aos seus destinos, infelizmente, apenas se conhece o Cabo Luis Rodrigues Raposo nomeado no ano de 1709 (**).

Apesar de nem sequer ser mencionada na informação, prestada, a 27 de Abril de 1758, pelo Prior Gonçalo Nobre da Silveira, pároco da Freguesia de Santos-o-Velho, destinada a continuar o Dicionário Geográfico do Padre Cardoso (**),



não quer dizer que o Forte de São João de Deus não tenha sido duramente fustigado, como sucedeu a toda a parte ribeirinha da Cidade de Lisboa, durante o Terramoto de 1 de Novembro de 1755, tanto pelos abalos sísmicos como pela fúria das vagas.

O que se sabe, de positivo, por um relatório anónimo, mas anotado a 14 de Abril do ano de 1758 por Eugénio dos Santos Carvalho, é que nessa ocasião da já centenária fortificação só ruínas existiam. Estava em poder dos frades do Convento e toda a parte voltada ao Tejo, a bateria com os parapeitos, a enxilharia, as plataformas e até a casa da guarda haviam sido levadas pelas águas do rio (**).

O FIM DE UMA FORTIFICAÇÃO

Como ponto fortificado, o Forte de São João de Deus havia terminado os seus dias em meados do século XVIII, muito provavelmente vítima do Grande Terramoto e da fúria do Tejo, e de então para cá, utilizado para os mais diversos fins, de degradação em degradação acabou por desaparecer por completo.

No ano de 1802, nas casas da sua antiga guarnição, certamente para o efeito reparadas, alojava-se a guarda do paquete inglês (**), cujo cais de atracagem se situava perto, e dez anos depois o súbdito britânico Dr. Joseph Colburne, neste local mandara fazer obras para o adaptar a um estabelecimento de ba-

Parte de uma vista panorâmica, da autoria de Eduardo Portugal, vendo-se, muito antes da construção do Aterro, o Palácio que fora dos Condes de Óbidos, o Convento e, rente às águas do Tejo, o que restava do Forte de São João de Deus e da construção que lhe sucedera

Planta da Freguesia de Santos mostrando a localização do Convento de São João de Deus e de outras casas religiosas.

Nesta planta já não vem indicado o Forte de São João de Deus, por então já como tal não existia

nhos⁽¹¹⁾, negócio que pouco tempo durou na sua posse, pois a 6 de Agosto de 1813, a «Gazeta de Lisboa» anunciava o seu trespasse.

Desocupado no ano de 1825, o local do Forte de São João de Deus ainda havia pouco servira ao Superintendente Geral dos Contrabandos, António Joaquim de Pina Manique, como posto de vigia dos paquetes que continuavam a utilizar o ancoradouro vizinho⁽¹²⁾.

E, desocupado continuava, no ano de 1831, em plena Guerra Civil entre D. Pedro e D. Miguel, como escrevia, a 26 de Julho, o Governador do Forte de Almeida, Manuel de Freitas e Paiva, num ofício dirigido ao Conde Barbacena. — «Um abandonado Forte que ainda lhe conheci artilharia e guarnição, que cruza com este que vem a ser na Rocha do Conde de Óbidos»⁽¹³⁾.

Estava, então, o que restava da fortificação, «cheio de terra e utilizado como horta pelos Condes de Óbidos, cujo palácio (hoje sede da Cruz Vermelha Portuguesa) era confinante»⁽¹⁴⁾.





No ano de 1943 antes das obras de alargamento da Avenida 24 de Julho, e da construção dos grandes blocos de edifícios que agora a ladeiam, ainda entre os velhos prédios e o Quartel da Guarda Nacional Republicana se podiam ver restos desta fortificação da qual, presentemente, nada existe.

Porém, na Coleção Fotográfica de Ed. Portugal, com o título «Aspectos da Rocha do Conde de Óbidos, antes das Obras do Aterro», isto é, há quase um século, ainda bem se pode ver a localização e o aspecto que tinha o Forte de São João de Deus, mais ou menos no mesmo estado que nos Anos Quarenta se encontrava.

(¹) *Sinopse dos Decretos Remetidos ao Extinguido Conselho de Guerra*, pelo Major de Infantaria Claudio Chaby, Volume I, páginas 216 e 217, n.º 63, anexo ao Decreto de 12 de Outubro de 1649 — Lisboa 1869.

(²) *Idem*, *Idem*, *Idem*.

(³) *Memórias Militares de António do Couto de Castelo Branco*, publicado por António Novais Ferrão, página 293 — Amsterdão, 1719.

(⁴) *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, por Luís Gonzaga Pereira, página 149 — Lisboa 1927.

(⁵) *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Conselho de Guerra, Consulta de 4 de Dezembro de 1660, Caixa 22, Maço 20.

(⁶) *Idem*, *Idem*, *Idem*.

(⁷) *Idem*, *Idem*, Consulta de 22 de Dezembro de 1727, Caixa 68, Maço 86.

(⁸) *Lisboa em 1758*, por Fernando Portugal e Alfredo de Matos, páginas 243 a 247 — Lisboa 1974.

(⁹) *Arquivo Histórico Militar*, Arquivo Militar de Lisboa, Caixa 1, n.º 11.

(¹⁰) *Memoire sur la Reconnaissance Militaire des Forts de Setúbal et Lisbonne et dependences pour servir d'Eclaircissements à la Carte de ces Ports*, par le Colonel du Génie E. D. Azeido (na realidade Eusébio Dias Azedo) in *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes Referentes a Portugal* por António Pedro Vicente, Volume I, página 262 — Paris 1971.

(¹¹) *Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos* por Alfredo Ferreira do Nascimento, Revista Ollisipo n.º 70, de Abril de 1955.

(¹²) *Arquivo Central da Marinha*, Caixa 307, Sala 1, Estante 10, Prateleira 4.

(¹³) *Arquivo Histórico Militar*, 1D, 20S, C106, n.º 4.

(¹⁴) *Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos* por Alfredo Ferreira do Nascimento, Revista Ollisipo n.º 70, de Abril de 1955.

O quadro pintado por Alfredo Keil no ano de 1873 vendo-se, além do local onde se situava o Forte de São João de Deus e o Convento dos Frades Hospitalários, a rocha, bem à vista na baixa-mar, que teria dado o nome a este porto da marinha lisboeta — Rocha do Conde de Óbidos

**CÂMARA
DISTINGUE A
CERVEJARIA TRINDADE**

Por ocasião do 150.º aniversário da fundação da Cervejaria Trindade, ocorrido no dia 8 de Janeiro, a Câmara de Lisboa associando-se às comemorações distinguiu aquele estabelecimento como fazendo parte do património cultural da cidade.

«Um exemplo válido de como fazer viver um património», referiu o Eng.º Nuno Abecasis aquando do descerramento de uma lápide evocativa do facto, no decurso da cerimónia de abertura das comemorações que decorrerão até ao final do ano.

Ocupando o lugar no refeitório do convento dos frades Trínos que na fase inicial datava de 1283, mais tarde arrasado pelo terramoto de 1755, a Cervejaria Trindade foi ali inaugurada em 1836, a primeira em estilo salão no País.

Decorado com azulejos de temas alegóricos em grande parte recuperados do antigo edifício, o estabelecimento juntou no seu espaço, ao longo de século e meio de existência, clientela muito variada, de escritores, jornalistas e actores a turistas em busca dos aspectos mais típicos de Lisboa.

Para celebrar estas comemorações foi colocada uma lápide à entrada do estabelecimento contendo os seguintes dizeres:

«CERVEJARIA DA TRINDADE. Este estabelecimento — inaugurado em 1836 — foi no ano do seu 150.º aniversário distinguido pela Câmara Municipal de Lisboa como fazendo parte do património cultural da cidade. 8-1-1986.»

Uma agradável esplanada da Cervejaria Trindade





Paços do Concelho – 10 de Janeiro
Cerimónia de posse da Câmara Municipal de Lisboa
eleita para o quadriénio 1986-1989

POSSE DA CÂMARA ELEITA PARA O QUADRIÉNIO 1986-1989

«Assumo perante o povo de Lisboa o compromisso solene de que me dedicarei de alma e coração, empenhando quanto sei e posso, no serviço desta cidade e do seu povo», afirmou o Eng.º Nuno Krus Abecasis no acto de posse da Câmara Municipal de Lisboa eleita para o quadriénio 1986-1989, em cerimónia realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho no dia 10 de Janeiro.

No seu discurso, o Presidente salientou que iria desenvolver esforços por

forma a assegurar nos próximos quatro anos um executivo homogéneo, na área democrática. Referindo-se aos principais objectivos da sua gestão, salientou as obras do grande interceptor de esgotos, como um dos projectos prioritários da Câmara, e ainda, no sector da habitação, a recuperação das áreas degradadas do Alto do Lumiar e dos bairros históricos de Alfama e Mouraria.

Na área da cultura, Nuno Abecasis referiu a próxima abertura de museus, como os de azulejaria, medalhística, fotográfico e do fado, a activação dos teatros municipais e a dinamização das actividades do Centro Cultural das Descobertas. Salientou, por outro lado, a necessidade urgente de dotar a cidade de equipamentos sociais e da modernização dos mercados, assim como a construção do novo mercado abastecedor.

O novo Executivo da Câmara, para o qual o Eng.º Abecasis foi reeleito Presidente pela terceira vez consecutiva, eleito nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro de 1985, ficou assim constituído:

PRESIDENTE:

Eng.º Nuno Krus Abecasis

VEREADORES:

Partido Social Democrata

Dr. Lívio Galvão dos Reis Borges

Eng.º António Carlos Magalhães Pacheco

Arqt.º Vitor Manuel Roque Martins dos Reis

Dr. Vitor Manuel Dias Pereira Gonçalves

Centro Democrático Social

Pedro José Del-Negro Feist

Comandante Manuel Maria de Menezes Pinto Machado

Dr. Carlos Martins Robalo

Partido Socialista

Vasco Seixas Duarte Franco

Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito

Dr. Luís Manuel de Almeida Pombo Cardoso

Aliança Povo Unido

Dr. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Dr. António Anselmo Anibal

Dr.ª Maria Alfreda Cordeiro da Cruz Ribeiro Viana

Eng.º Rui Manuel de Carvalho Godinho

Dr. Vitor Jorge Palma da Costa

Partido Popular Monárquico

Arqt.º Gonçalo Pereira Ribeiro Teles

POSSE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No Salão Nobre dos Paços do Concelho, tomaram posse no dia 14 de Janeiro os eleitos para a Assembleia Municipal de Lisboa.

À cerimónia, presidida pelo Dr. Fernando Correia Afonso, Presidente da Assembleia cessante estiveram presentes o Eng.º Nuno Abecasis e membros da Vereação.

A nova Assembleia é composta por 65 mandatos do PSD/CDS (41 Presidentes de Junta e 24 eleitos) 29 da APU (12 Presidentes de Juntas e 17 eleitos) 12 do PS e 1 do PPM.

Momento em que o Dr. Fernando Correia Afonso,
Presidente da Assembleia cessante
assina o termo de posse



ALTO DO LUMIAR VAI ALOJAR 100 MIL PESSOAS

«Aqui terminam as concepções dos bairros sociais. Não se pode nem deve discriminar geograficamente as pessoas, porque sempre que se marginaliza alguém sentimos, mais tarde ou mais cedo, a sua ira», afirmou o Eng.º Nuno Abecasis no decurso da apresentação do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Alto do Lumiar que teve lugar no dia 16 de Janeiro, na sede da Sociedade Gestora do Alto do Lumiar.

A cerimónia assistiu o Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro e os titulares das pastas das Finanças, do Plano e das Obras Públicas. Igualmente presentes o Secretário de Estado da Habitação e do Orçamento, representantes das empresas de construção adjudicatárias do empreendimento e os Presidentes das instituições bancárias que constituem o consórcio financiador do projecto (Caixa Geral de Depósitos, Montepio, Crédito Predial, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Pinto & Sotto Mayor, Totta & Açores, Portugêus do Atlântico e Nacional Ultramarino).

O empreendimento do Alto do Lumiar abrange uma área de intervenção de cerca de 300 hectares, localizada entre o Aeroporto da Portela e a Alameda das Linhas de Torres, onde vivem cerca de quatro mil famílias agrupadas nos bairros da Musgueira Norte, Musgueira Sul, Quinta Grande, Quinta do Louro, Pailepa, Cruz Vermelha, Calvanas e Quinta das Pedreiras.

Esta nova urbanização permitirá que sejam edificadas 20 500 habitações das quais 3300 para realojamento local e instaladas no local cerca de 100 mil pessoas. O prazo para a conclusão do empreendimento será de 15 anos e o preço global do projecto, a preços de 1985, ascende a cerca de 90 milhões de contos.

O arranque imediato das obras foi anunciado pelo Presidente da Câmara e respeita a uma subfase de sector que implica a construção de 840 habitações, 147 das quais destinadas a realojamento.

O projecto prevê a construção de 9 escolas primárias, 3 mercados, 19 parques infantis, 14 creches-infantários, 6 piscinas, instalações para o Batalhão de Sapadores Bombeiros e todas as infra-estruturas e equipamentos necessários.



O Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, ouve atentamente as explicações do Eng.º Nuno Abecasis sobre o empreendimento do Alto do Lumiar



Aspecto da zona degradada na área de influência do Programa de Recuperação do Alto do Lumiar



Aspecto da cerimónia de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade ao Professor Tierno Galvan, realizada nos Paços do Concelho, em 27 de Junho de 1985

CML HOMENAGEOU MEMÓRIA DE TIERNO GALVAN

Única entidade estrangeira galardoadada com o título de cidadão benemérito da Cidade de Lisboa, faleceu no dia 19 de Janeiro o Professor Tierno Galvan, Alcalde de Madrid desde 1979.

Grande figura da Europa dos nossos dias a qual constitui um exemplo para todos aqueles que estão investidos, pelo voto popular, no governo autárquico, o Prof. Tierno Galvan, grande amigo de Portugal, amava apaixonadamente a ci-

dade de Lisboa e o seu povo que, ainda recentemente, o agraciara com a Chave de Honra da Cidade.

Campeão do movimento internacional de associativismo entre as cidades capitais, a ele se deve o ter dado um grande impulso à Federação Mundial das Cidades Gémeas de que foi Presidente e a criação da União das Cidades Capitais Ibero-Americanas de que foi fundador. Em todas estas organizações, Tierno Galvan, soube conjugar a política desenvolvida por Madrid com a de Lisboa, daí saindo reforçada a importância das capitais ibéricas no contexto internacional.

Por deliberação da Câmara será atribuído o nome de Prof. Tierno Galvan a uma artéria da cidade de Lisboa.



DIA DE SÃO VICENTE

O Dia de São Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa, foi como é de tradição, assinalado a 22 de Janeiro, na Igreja da Sé, com uma missa solene de Pontifical celebrada por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro. Assistiram à cerimónia o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e Vereadores do Município.

POSSE DO DIRECTOR DO GABINETE DO SISTEMA DE INTERCEÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTOS

Em cerimónia realizada nos Paços do Concelho no dia 30 de Janeiro a que presidiu o Eng.º Nuno Abecasis, o Eng.º Ferreira de Almeida tomou posse do cargo de Director do Gabinete do Sistema de Intercepção e Tratamento de Esgotos de Lisboa.

Esta Direcção de Projecto, confiada a um técnico com largos anos de carreira ao serviço do Município, tem em vista o acompanhamento e fiscalização do empreendimento da construção do sistema interceptor e de tratamento de esgotos, cujos custos se elevam a cerca de sete milhões de contos e se prevê esteja concluído em 1990.

A construção do sistema interceptor é considerada pela Câmara como uma necessidade pública inadiável, com vista à melhoria das condições de sanidade e qualidade de vida dos habitantes de Lisboa.

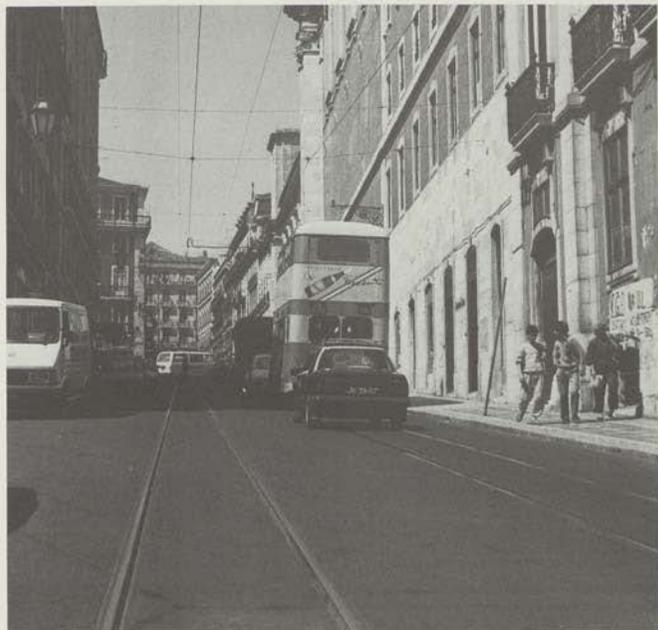
Ao usar da palavra, o Eng.º Nuno Abecasis salientou: «Esta é uma das mais importantes obras de saneamento em curso na Europa. Irá permitir não só a despoluição do estuário do Tejo, com efeitos positivos nas praias da Costa do

Estoril, como também o desaparecimento dos riscos de contaminação dos solos e das fontes naturais existentes na cidade e hoje encerradas».

Paços do Concelho — 30 de Janeiro

O Eng.º Ferreira de Almeida toma posse do cargo de Director do Gabinete do Sistema de Intercepção e Tratamento de Esgotos de Lisboa. Presentes ao acto, o Presidente da Câmara e Vereadores





Rua da Misericórdia

PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DA MISERICÓRDIA E DO ALECRIM

No prosseguimento das acções de melhoria da rede viária da cidade, a Câmara de Lisboa procedeu à total repavimentação das Ruas da Misericórdia e do Alecrim, obra para a qual o Município dispendeu cerca de 18 500 contos.

Dado o acentuado declive daquelas artérias foi considerada indispensável a colocação de um tapete antiderrapante, possibilitando assim uma maior segurança de circulação numa zona onde o fluxo de tráfego é intenso.



Rua do Alecrim



CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA ESTREITAM RELAÇÕES

No decurso da 1.ª Assembleia Ordinária da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, que no dia 3 de Março teve lugar nos Paços do Concelho, o Eng.º Nuno Abecasis foi eleito Presidente da instituição, ocupando as cidades de Maputo e Brasília a vice-presidência. Para o cargo de secretário-geral foi nomeado o Comandante Pinto Machado, Vereador responsável pelas relações internacionais do Município de Lisboa.

No encontro participaram ainda os Presidentes das Câmaras de Bissau,

Praia, Água Grande (S. Tomé) e Leal Senado de Macau.

A constituição da UCCLA tem em vista fortalecer e incrementar os laços económicos e culturais entre as capitais de língua portuguesa, perspectivando uma estratégia comum nas diferentes instâncias internacionais.

Nesta reunião foram tratados aspectos concretos da cooperação, nomeadamente a nível cultural, com o debate sobre a implementação de centros culturais nas capitais dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa e ainda sobre projectos de recuperação de locais históricos, como é o caso da cidade velha da Praia que foi a primeira capital de Cabo Verde.

Outros projectos de cooperação abordados referem-se à criação, em Lisboa, de residências para estudantes dos novos países africanos e à formação de quadros e de técnicos autóctonos.

Paços do Concelho - 3 de Março
1.ª Assembleia Ordinária
da União das Cidades Capitais
Luso-Afro-Américo-Asiáticas

CÂMARA PRESERVA CARNIDE-VELHO

Em reunião realizada no dia 10 de Março, a Câmara deliberou aprovar a proposta tendo em vista a preservação do núcleo histórico de Carnide-Velho, para o que será dado cumprimento às formalidades legais dependentes do Município com vista à classificação como imóvel de interesse público do conjunto urbano existente naquela zona e que é delimitado pelo edifício do Colégio Militar, Igreja junto à Quinta de S. Lourenço, Convento da Rua do Norte e Palácio dos Condes de Carnide.

Foi igualmente aprovada a delimitação das zonas da cidade sujeitas a plano integrado com área de salvaguarda de Carnide-Luz, Paço do Lumiar, Ameixoeira e Charneca do Lumiar, reactivando um Grupo de Trabalho criado em 1984 com vista à definição da regulamentação adequada para a salvaguarda daquelas zonas.

A criação do Parque Periférico de Lisboa foi ainda deliberada pela Câmara, que pretende assim, tanto quanto possível, constituir uma estrutura verde contínua englobando a Quinta da Granja e os lugares de Carnide-Luz, Paço do Lumiar, Ameixoeira e Charneca.



A par das novas edificações persistem em Carnide as velhas habitações de características rurais, um núcleo histórico que urge preservar



Aspecto do conjunto urbano de Carnide Velho que a Câmara de Lisboa pretende seja classificado como imóvel de interesse público

CÂMARA ASSINALA DIA MUNDIAL DA ÁRVORE

Por ocasião das comemorações do Dia Mundial da Floresta, dia 21 de Março, a Câmara de Lisboa forneceu centenas de árvores a diversas instituições e organizações com o objectivo de sensibilizar a população para a necessidade de preservação do meio ambiente.

O jardim da Praça do Império foi palco de diversas manifestações de índole cultural e recreativa incluindo cantigas, danças, teatro, fantoches, ginástica e folclore, tendo numerosas crianças executado trabalhos de pintura e artes plásticas alusivos à efeméride, sob a orientação de professores da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

Paralelamente, esteve patente ao público no Padrão dos Descobrimentos uma exposição fotográfica retrospectiva da arborização da cidade, local onde decorreu a sessão solene da entrega de prémios do concurso de fotografia «A árvore e a cidade», igualmente promovido pelo Município.

Centro Cultural das Descobertas
- 21 de Março

O Presidente da Câmara,
Eng.º Nuno Abecasis,
visita uma exposição fotográfica
realizada por ocasião das comemorações
do Dia Mundial da Floresta



CÂMARA CEDE INSTALAÇÕES A ASSOCIAÇÕES DE JORNALISTAS

«Não se pode tratar os homens da Informação como párias da sociedade e exigir-se-lhes que se portem como se fossem nobres dessa mesma sociedade», afirmou o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, no decurso da cerimónia da assinatura dos protocolos de cedência de instalações municipais ao Clube Português de Imprensa e ao Clube de Jornalistas, realizada nos Paços do Concelho, no dia 27 de Março.

Dinis de Abreu, Presidente do Clube Português de Imprensa e Silva Costa, Presidente do Clube de Jornalistas, assinaram os protocolos em representação daquelas instituições que assim passam a dispor de sedes próprias localizadas, respectivamente, no Palácio Pombal, à Rua do Século e na Rua das Trinas, à Lapa.

A concessão de sedes a estas duas associações de jornalistas irá permitir a intensificação da actividade já iniciada e proporcionar melhores condições à concretização dos objectivos da sua existência que, referiu a propósito o Presidente do Município, «são duas realidades diferentes que não se sobrepõem. Ambas são indispensáveis e fazem falta à cidade».



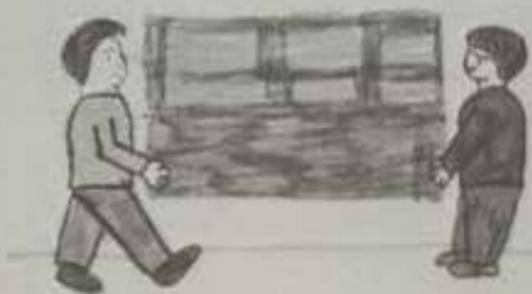
O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e Dinis de Abreu, Presidente do Clube Português de Imprensa, no momento da assinatura do protocolo de cedência de instalações àquela instituição

Silva Costa, em representação do Clube de Jornalistas, e o Eng.º Nuno Abecasis, no momento de assinatura do protocolo

ESCOLA N.º 3



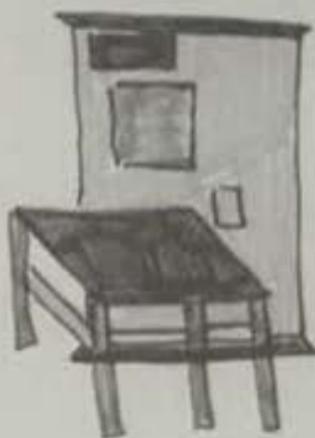
Ana Teresa
Cláudia Sofia



Ângelo César



Cláudia Sofia



Nuno Tiago

**OBRIGADO À
CÂMARA MUNICIPAL DE
LISBOA**



Os alunos da escola n.º 3, com a ajuda dos professores, agradeceram ao Município de Lisboa, todos os materiais e mobiliário recebido.

Escola N.º 3
R. S. Paulo n.º 78 Lisboa

UMA OFERTA DE TERNURA

Foi recebido, recentemente, no Pelouro de Acção Social e Escolar da Câmara Municipal de Lisboa, um artístico Álbum organizado pelos alunos da Escola Primária n.º 3, situada na Rua de S. Paulo, n.º 78, onde exprimem o seu agradecimento pelo equipamento com que a mesma foi dotada, dentro do plano de remodelação e melhoramento escolar que esta Câmara traz em franca acção. Rico de conteúdo, a que não faltou na junção dos desenhos como álbum, um fio entrançado, de lã, com as cores municipais, lia-se no interior o seguinte texto subscrito pelos alunos do 4.º ano da tarde Ana Teresa, Ângelo César, Cláudia Sofia e Nuno Tiago, porta-vozes dos colegas e professores:

«Outro dia chegou o material para a escola, oferecido pela Câmara.

Foi a Senhora Directora que o pediu. Eu, a Cláudia, a Vera e o Ângelo fomos escolhidos para ajudarmos a Senhora Directora. Tinham chegado muitas mesas. Tivemos que tirar armários e mesas. Foi tudo distribuído por todas as professoras. A minha professora já tinha material.

Todos agradecemos tudo o que nos mandaram.

Nestes últimos dias temos recebido novos materiais.

Como só havia duas empregadas, eu e outros três colegas meus oferecemo-nos para ajudar, desmanchámos uma sala e montámos outra.

Eu gostei muito de ajudar.

Eu fui uma das crianças a ajudar a arrumar as mesas.

A senhora directora gostou tanto de nós que até nos chamou outra vez. Nós tivemos que virar as mesas para eles passarem.

Gostei muito das mesas novas.

O material foi fornecido pela Câmara de Lisboa. O material novo é para dar melhor ambiente e para que os alunos fiquem mais contentes com o novo ambiente. O material não é só composto pelo mobiliário, como também por cadernos, livros, lápis, etc., todo o material que possa dar apoio aos alunos e professores.

a) Ana Teresa Fernandes Almeida Nunes da Silva

a) Ângelo César do Rosário Firmino

a) Cláudia Sofia dos Santos Monteiro

a) Nuno Tiago do Ó Coelho Perinhas Penetra»

A nossa Revista regista, nas suas páginas, a gentil oferta, reproduzindo a capa e uma das folhas, a de abertura, com simpática dedicatória, síntese de toda a mensagem de ternura que o pequeno Álbum traduz.

